

Boletim Trimestral 36

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Ficha técnica

Propriedade

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

Roberto Pereira Grilo

Diretor Executivo

Maria Margarida Louro

Conceção Gráfica e Paginação

Gabinete de Comunicação

Edição

março 2020

Colaboradores internos

Amável Candeias
Carlos Almeida
Carlos Branco
Ventura Ourives
Teresa Godinho

Colaboradores externos

Câmara Municipal de Évora - Carlos Pinto de Sá
Comissão Executiva Évora 2027

Capa

Évora

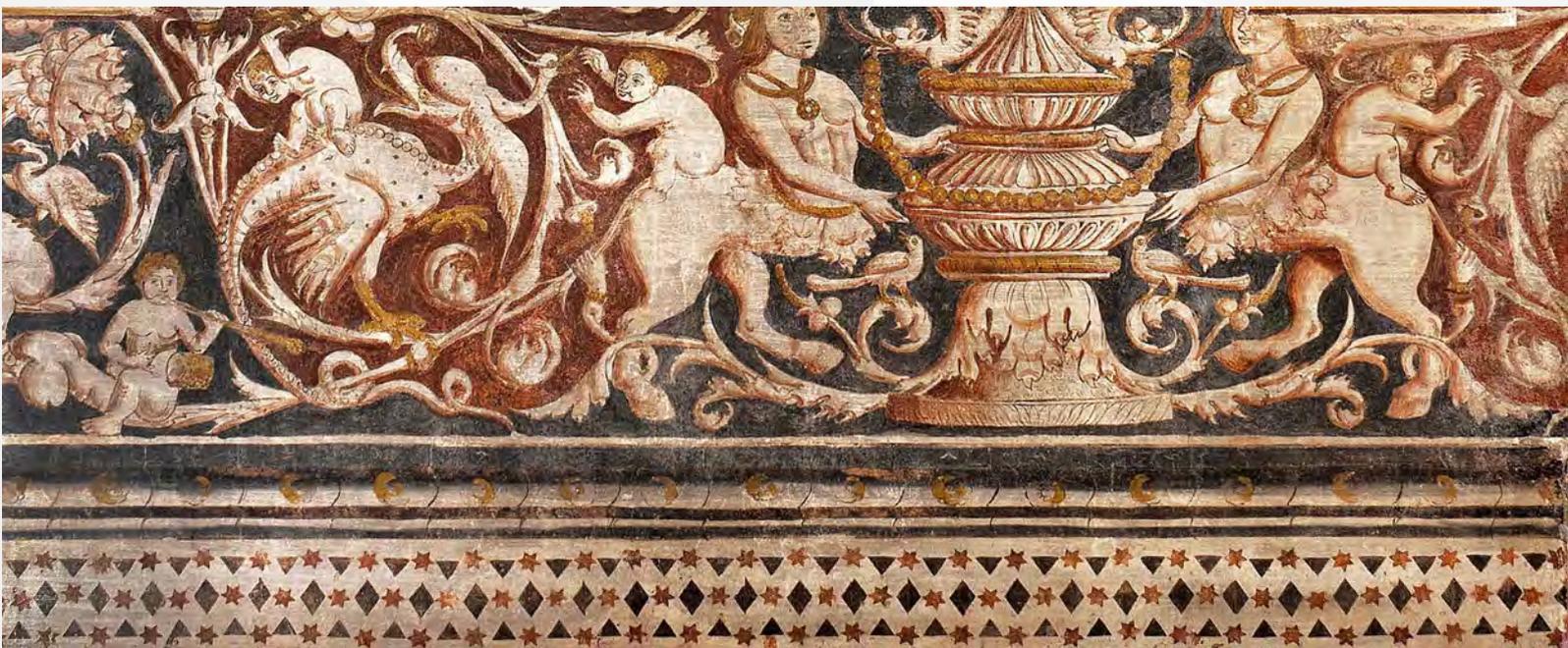
Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

- 04 Destaques**
Capital Europeia de Cultura/2027: Um Projecto para o Alentejo
- 06 Análise regional**
Conjuntura Regional
- 12 Para uma Administração Local de Excelência**
Relatório Regional de Acompanhamento da Cooperação Financeira
- 16 Perspetiva 2020**
Perspetivas para 2027
- 18 O Alentejo no Contexto do Portugal 2020**
Síntese de Execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 31 de dezembro de 2019
- 27 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020**
Investimentos em Destaque
- 32 Síntese de Execução do Alentejo 2020 - Situação a 31 de dezembro de 2019**





É tema em DESTAQUE na edição deste Boletim, a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, em 2027.

A importância da cultura e da arte manifesta-se com maior premência em períodos de crise.

Quando tudo parece falhar, quando o futuro parece não o ser, a arte e a cultura trazem a esperança e a certeza de que tudo voltará a uma normalidade; é o que nos permite manter essa esperança no futuro.

A cultura e a arte são, nesta altura, não só refúgio para os que estão confinados às suas casas mas a razão para se olhar para fora, para o porquê da existência humana.

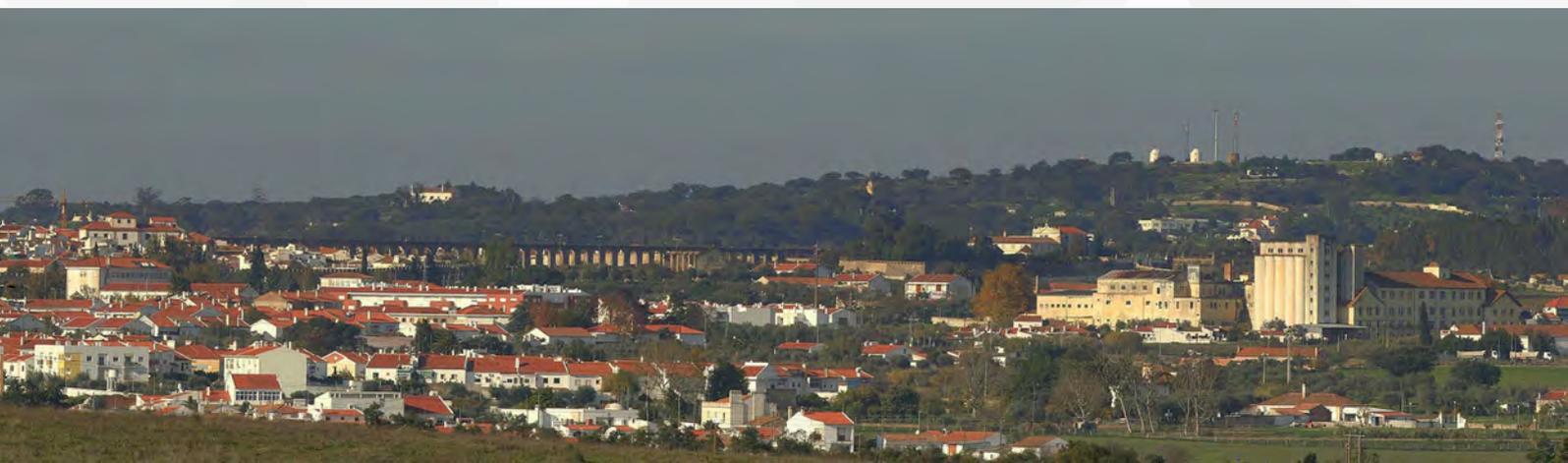
A palavra cultura vem do latim *colere*, que significa “cuidar de”.

A arte e a cultura cuidam de cada um de nós, seja através da leitura de livros, da audição de música, da contemplação de pinturas e mesmo da reflexão sobre o passado de cada um e daquilo que se foi perdendo.

A candidatura de Évora a capital europeia da cultura, é neste momento particular, não só uma exigência de uma Região, mas um sinal de esperança.

Citando o autor do artigo:

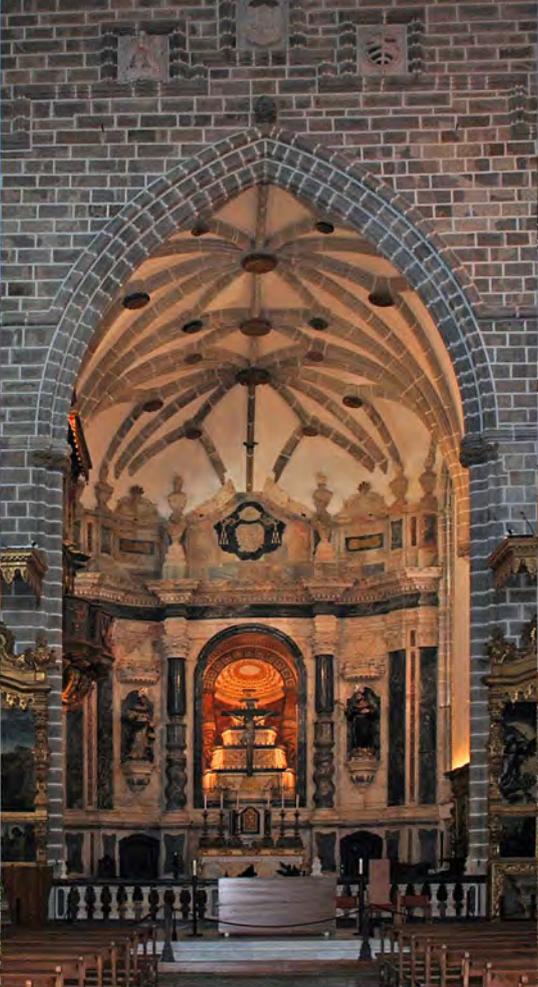
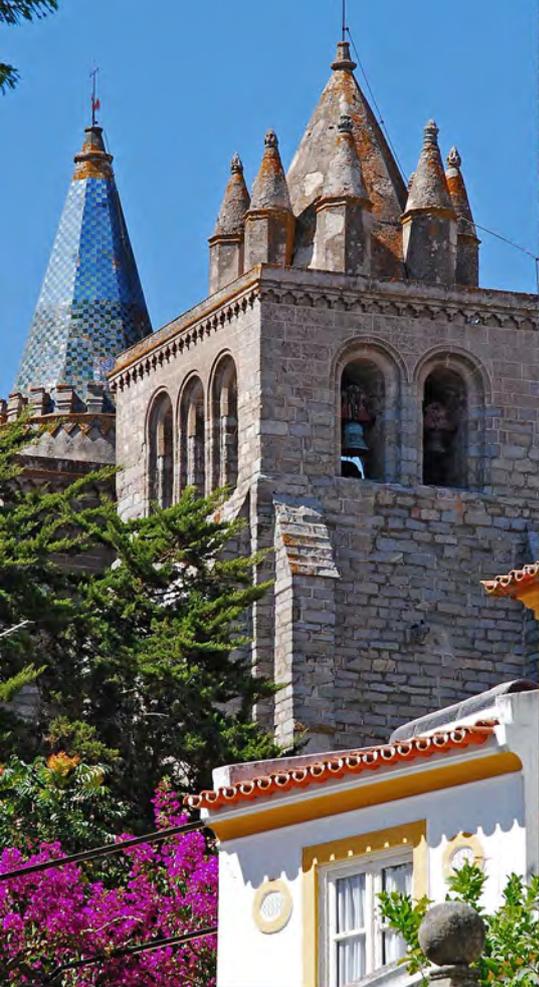
“Desafiamos todos a construir este processo e a candidatura em torno daquilo que nos une - o Alentejo! -, respeitando e usando as diferenças como trunfo: um projeto estruturante para o Alentejo onde todos têm o seu lugar próprio em consonância com um desígnio comum, a valorização e o desenvolvimento do Alentejo!”



Capital Europeia de Cultura/2027: Um Projecto para o Alentejo

1. Em 2027, Portugal terá uma cidade como *Capital Europeia de Cultura*. Confiamos que Évora, pelas suas características únicas, pela imersão no Alentejo onde bebe e partilha *aquela identidade regional*, será essa simbólica capital cultural!
2. Há 3 anos, o Município de Évora, a Turismo do Alentejo (ERTA), a Direcção Regional de Cultural do Alentejo (DRCA), a Universidade de Évora (UÉ), a CIMAC, a CCDRA, a Fundação Eugénio de Almeida (FEA) e a Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo (ARPTA) entenderam juntar esforços para estudar a viabilidade da candidatura de Évora. A conclusão foi positiva: Évora, inserida e apelando a uma activa participação e valorização do Alentejo, tem condições para apresentar uma candidatura vencedora! Mais, Évora - com o Alentejo - é uma fortíssima candidata a *Cidade Europeia da Cultura/2027!*
3. Aquelas entidades constituíram a *Comissão Executiva / Évora 2027* para preparar o processo e a candidatura a apresentar em 2021. Da profunda discussão e consensualização que têm vindo a ser feitas, destaca-se:
 - Queremos uma candidatura vencedora mas, sobretudo, que o processo se constitua como um projecto regional de transformação cultural e urbana com impacto qualitativo no desenvolvimento de Évora e do Alentejo;
 - Queremos um projecto que valorize Évora e o Alentejo e contribua para coesão territorial, ainda que, por imposição regulamentar, seja candidatura de uma cidade;
 - Queremos um projecto fundado na *identidade alentejana*: uma *identidade cultural própria* que diferencia e qualifica esta candidatura como única; uma *identidade una na sua enorme diversidade*; uma identidade com *memória e raízes ancestrais* e, simultaneamente, uma identidade que *questiona* e *avança contributos* para os grandes desafios da *nossa época* e da *Humanidade*;
 - Queremos um projecto e um processo centrado na cultura *“lato sensu”* porque Évora e Alentejo são cultura - da *forma de falar ao Cante*, do Centro Histórico de Évora, património da Humanidade aos *outros patrimónios do Alentejo*, da *arquitectura à paisagem*, da *gastronomia* ao Alentejano(a), das *artes populares às artes contemporâneas*, e muito mais;
 - Queremos que a cultura se estenda e confunda com *sustentabilidade*; com *urbe* (*pão, paz, educação, saúde, habitação, ...*); com *humanismo*; com *felicidade*;
 - Queremos que o processo e o projecto ganhem *dimensão nacional, dimensão europeia e internacional*;
 - Queremos que todos possam *participar* - instituições, associações, empresas, criadores e artistas, tu cidadã(o), todos - na construção do *processo* e da *candidatura*.
4. Desafiamos todos a construir este *processo* e a *candidatura* em torno daquilo que nos *une* - o Alentejo! -, respeitando e usando as *diferenças* como trunfo: um *projecto estruturante para o Alentejo* onde todos têm o seu *lugar próprio* em consonância com um desígnio comum, a valorização e o desenvolvimento do Alentejo!

Artigo da responsabilidade de Carlos Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora; Comissão Executiva Évora 2027



Análise Regional

Conjuntura Regional - 4º Trimestre de 2019

No 4º Trimestre de 2019, o indicador que se destaca pela positiva, no âmbito do mercado de trabalho regional, é o rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem que evoluiu quer relativamente ao período homólogo (+2,8%), quer relativamente ao trimestre anterior (+1,5%), o que resulta da passagem de 843€ para 867€ relativamente ao período homólogo e de 854€ para os 867€ relativamente ao trimestre anterior.

No que se refere aos indicadores referentes ao desemprego, apesar de revelarem uma tendência crescente relativamente ao trimestre anterior, já relativamente ao período homólogo, a tendência é inversa. Referimo-nos à taxa de desemprego que no 3º trimestre foi de 7% e no 4º trimestre evoluiu para 7,3%, sendo que no período homólogo apresentava o valor de 7,7%; a população desempregada revela uma tendência similar, tendo no 3º trimestre apresentado o valor de 24,1 milhares de desempregados e 25,1 milhares no 4º trimestre, tendo no período homólogo de 2018 havido 26,6 milhares de desempregados na região, o que significa que a região tem no último trimestre em análise menos 1,5 milhares de desempregados, face ao trimestre homólogo de 2018; a população desempregada inscrita nos serviços de emprego, também revela uma evolução similar aos indicadores referenciados anteriormente.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 4º Trimestre de 2019 - Mercado de trabalho

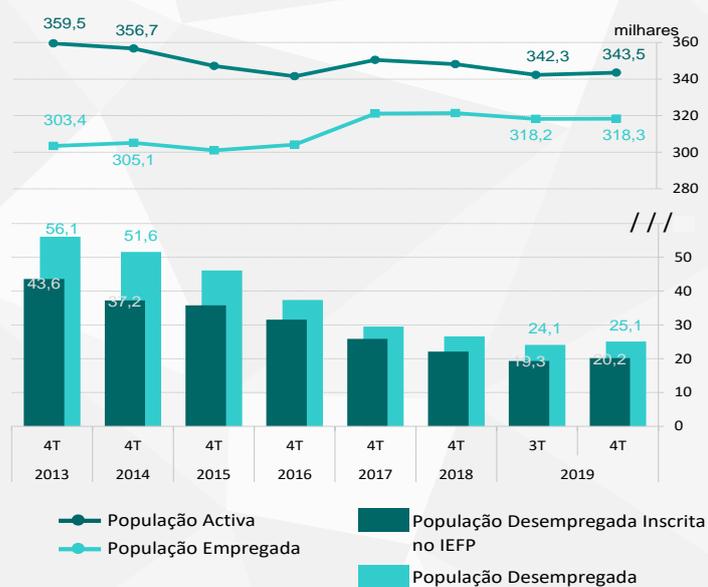
Indicador	4º Trimestre 2019	3º Trimestre 2019	4º Trimestre 2018	Varição Anual homóloga %
Mercado de trabalho				
População Activa (Mil.)	343,5	342,3	348,1	-1,3
Taxa de emprego (%)	52,1	52	52,1	0,0
População empregada por conta de outrem (Mil.)	318,3	318,2	321,4	-1,0
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	867	854	843	2,8
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	56,2	55,9	56,4	-0,4
Taxa de desemprego (%)	7,3	7,0	7,7	-5,2
População desempregada (Milh.)	25,1	24,1	26,6	-5,6
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	20,2	19,3	22,1	-8,7

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

A taxa de emprego mantém-se praticamente inalterada, apresentando o valor aproximado de 52%, apesar de se registarem cerca de menos 3,1 milhares de empregados por conta de outrem, face ao trimestre homólogo. Também a população ativa diminuiu em cerca de 4,6 milhares de pessoas, relativamente ao trimestre homólogo, o que se relaciona com o decréscimo de 0,4% na taxa de actividade no mesmo período de referência.

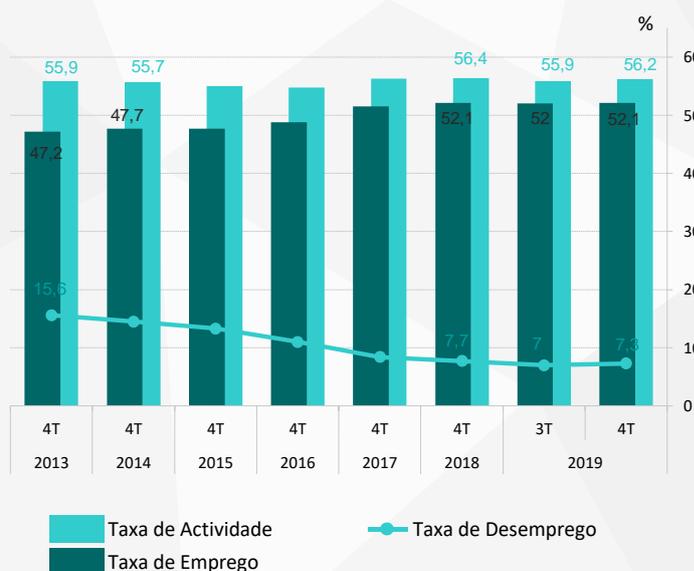
Se tivermos em conta a evolução de alguns destes indicadores em períodos mais alargados, verifica-se que a população ativa, após 2016, não tem revelado variações muito significativas e a população empregada, depois de 2017, também revela uma tendência praticamente estável.

População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

Por outro lado, a população desempregada, após o decréscimo acentuado até 2018, começa a revelar uma tendência de quase estabilidade, com variações pouco significativas. O mesmo acontece com a população desempregada inscrita nos serviços de emprego, sendo que esta é em número inferior, o que significa que nem todos os desempregados estão inscritos nos serviços.

A taxa de actividade não tem revelado variações significativas, verificando-se, no entanto, que no 4º trimestre de 2019 apresenta um valor ligeiramente superior ao valor apresentado no 4º trimestre de 2013 (56,2% vs 55,9%).

Apesar da taxa de emprego, nos últimos trimestres se revelar praticamente estável, é importante verificar que no 4º trimestre de 2019, apresenta praticamente cinco pontos percentuais acima do valor de 2013 (52,1% em 2019 face a 47,2% em 2013).

Em contrapartida a taxa de desemprego, também com maior estabilidade desde 2018, apresenta um valor muito inferior ao apresentado em 2013 (7,3% em 2019, face a 15,6% em 2013).

Perante os dados apresentados, pode dizer-se que os indicadores ligados ao mercado de trabalho, apesar de a partir de 2018 parecer terem entrado num período de maior estabilidade e, nalguns casos, até com uma ligeira tendência evolutiva menos favorável, as dinâmicas evolutivas anteriores (posteriores a 2013) permitem que a região ocupe atualmente uma situação francamente mais positiva.

Os indicadores de habitação e turismo têm continuado a manifestar uma variação favorável, havendo a salientar a evolução da avaliação bancária dos alojamentos que no 4º Trimestre atinge 1075€/m², face a 1003€/m² no trimestre homólogo.

Apesar do número de dormidas ter revelado um decréscimo correspondente a mil dormidas, face ao trimestre homólogo, os proveitos totais tiveram um significado de 9% de acréscimo, no mesmo período.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 4º Trimestre de 2019 - Habitação e Turismo

Indicador	4º Trimestre 2019	3º Trimestre 2019	4º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	91	71	90	1,1	28,2	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	1075	1054	1003	7,2	2,0	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	98,3	207,3	99,3	-1,0	*	INE
Turismo - proveitos totais (10 ³ €)	6144	14153	5635	9,0	*	INE

Fontes: INE - Infoline

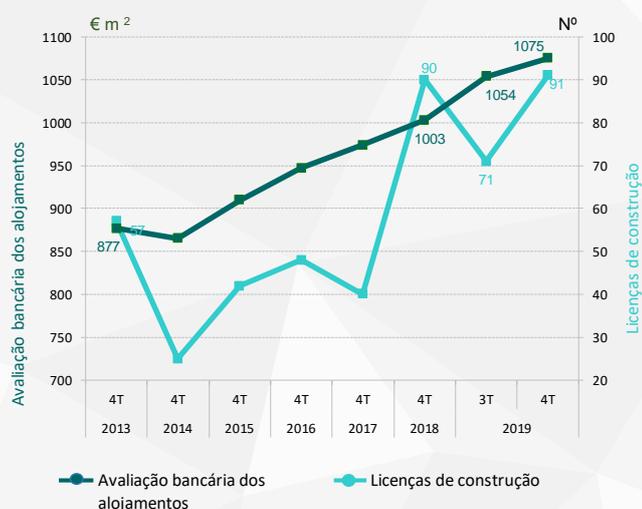
* Variações sazonais

As licenças de construção continuam a ser pouco significativas, não chegando sequer a uma centena, pelo que os valores revelados na variação não são de salientar.

Num período mais alargado de análise, é significativa a evolução crescente da avaliação bancária dos alojamentos tendo passado de 877€/m² em 2013 para os 1075€/m² verificados no 4º trimestre de 2019.

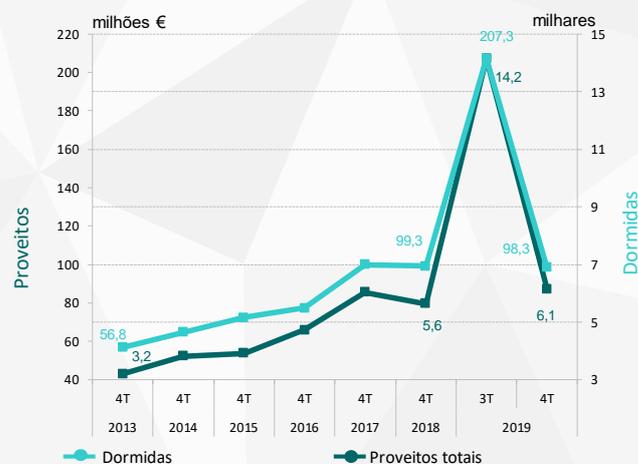
As licenças de construção, apesar da tendência irregular no tempo, também têm vindo a ter uma evolução crescente.

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Infoline

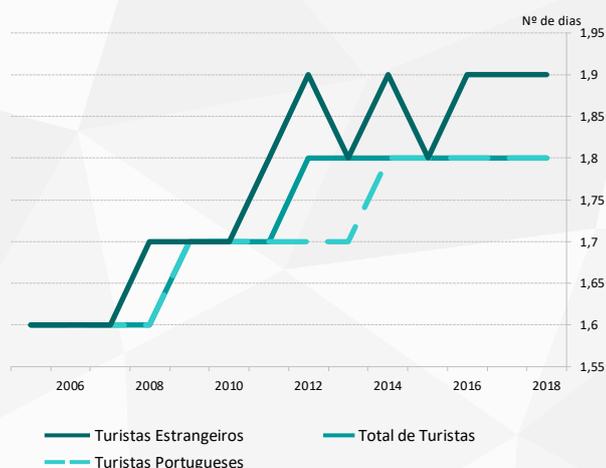
Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Infoline

A actividade turística tem tido uma tendência positiva, apesar do ligeiro decréscimo do número de dormidas no 4º trimestre de 2019, face ao período homólogo de 2018. Este decréscimo não se fez sentir nos proveitos e a situação global em 2019 é francamente mais favorável à Região, face à situação que se verificava em 2013.

Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2005 a 2017



Fontes: INE - Infoline

Em termos de estada média em número de dias, apesar do turista estrangeiro permanecer um pouco mais de tempo, a diferença para a estada média do turista nacional, não é significativa. Até 2016 o tempo de estada média veio subindo, sendo que ainda não conseguimos chegar a uma média de 2 dias de estada.

A balança comercial da região continua a revelar em dezembro de 2019 um resultado positivo, dado que o valor das exportações continua a ser consideravelmente superior relativamente ao das importações.

O valor das exportações, apesar da variação negativa face ao trimestre anterior, conseguiu ter uma variação positiva de 3,5% face ao período homólogo, o que se traduz num acréscimo de 10,6 milhões de euros, em re-

lação ao trimestre homólogo. A referenciar o decréscimo do valor das exportações para o espaço extracomunitário, de -29,4% e -10,1% relativamente ao trimestre anterior e ao trimestre homólogo, respetivamente, contrariamente ao que se tinha verificado no trimestre anterior. Em contrapartida, o volume financeiro das exportações no espaço intracomunitário aumentou, face a ambos os períodos de referência (+ 17,7 milhões de euros face ao período homólogo e + 11,7 milhões de euros face ao trimestre anterior). A salientar ainda que o comércio intracomunitário tem um significado mais relevante, pois atinge um volume financeiro superior a 200 milhões de euros e o extracomunitário está aquém dos 90 milhões de euros (tendo no 4º trimestre ficado pelos 63,4 milhões de euros).

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 4º Trimestre de 2019 - Exportação / Importação

Indicador	4º Trimestre 2019	3º Trimestre 2019	4º Trimestre 2018	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	311,5	326,2	300,9	3,5	-4,5	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	248,1	236,4	230,4	7,7	5,0	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	63,4	89,8	70,5	-10,1	-29,4	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	193,9	250,4	207,7	-6,6	-22,6	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	174,2	198,8	171,8	1,4	-12,4	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	19,6	51,6	35,9	-45,3	-61,9	INE

Fonte: INE - Infoline

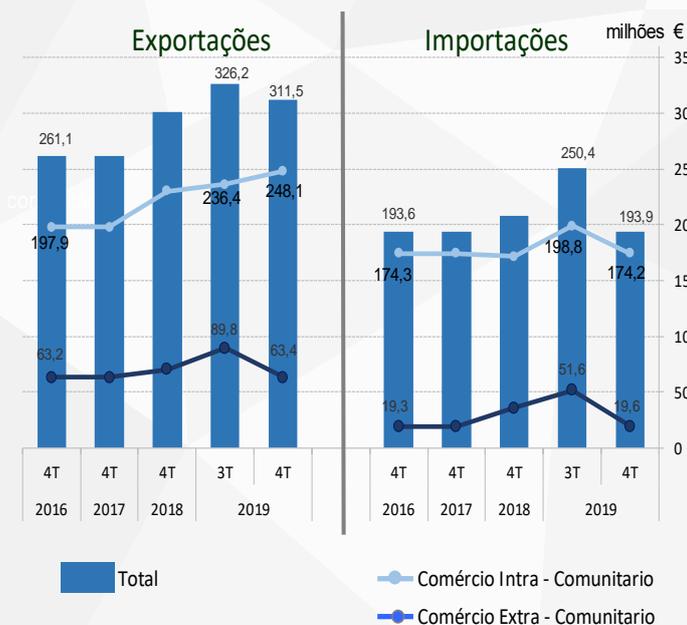
As importações tiveram uma evolução favorável ao saldo da balança comercial, dada a variação negativa em ambos os períodos de referência, face ao acréscimo do valor das exportações. O valor das importações diminuiu cerca de 56,5 milhões de euros, face ao trimestre anterior e 13,8 milhões de euros, face ao trimestre homólogo. A variação negativa das importações verificou-se sobretudo no comércio extracomunitário, sendo que no intracomunitário, relativamente ao período homólogo, houve ainda um acréscimo de cerca de 2,4 milhões de euros.

A análise da evolução do valor das exportações, num período temporal mais alargado, revela que nos 4º trimestres há uma tendência continuada ascendente que se deve, à evolução no mesmo sentido, do valor do comércio intracomunitário, pois o

valor do extracomunitário, encontra-se praticamente com o mesmo valor de 2016.

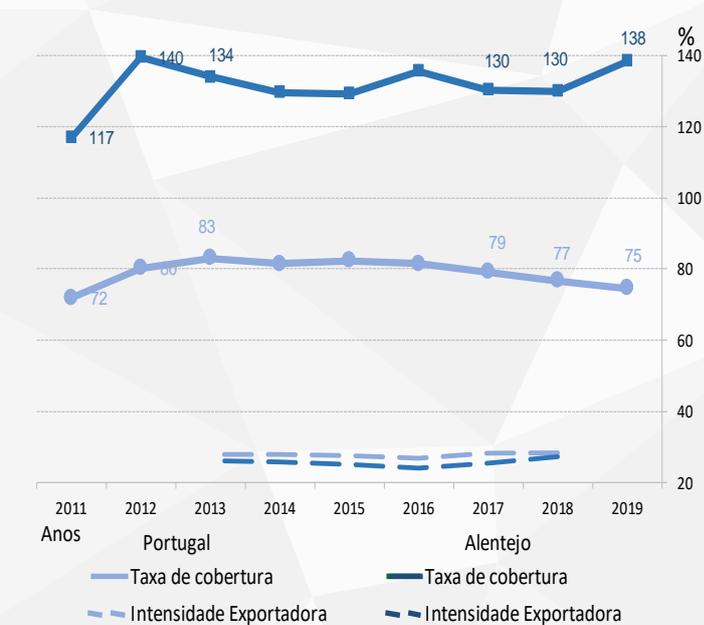
Quanto ao valor das importações, chegaram praticamente aos valores de 2016, sem variações muito significativas, com ligeira tendência descendente do valor quer do comércio intracomunitário quer do extracomunitário.

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra - Comunitário Alentejo - Evolução de 2016 a 2019



Fontes: INE - Infoline

Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora - Evolução de 2011 a 2019



Fontes: INE - Infoline

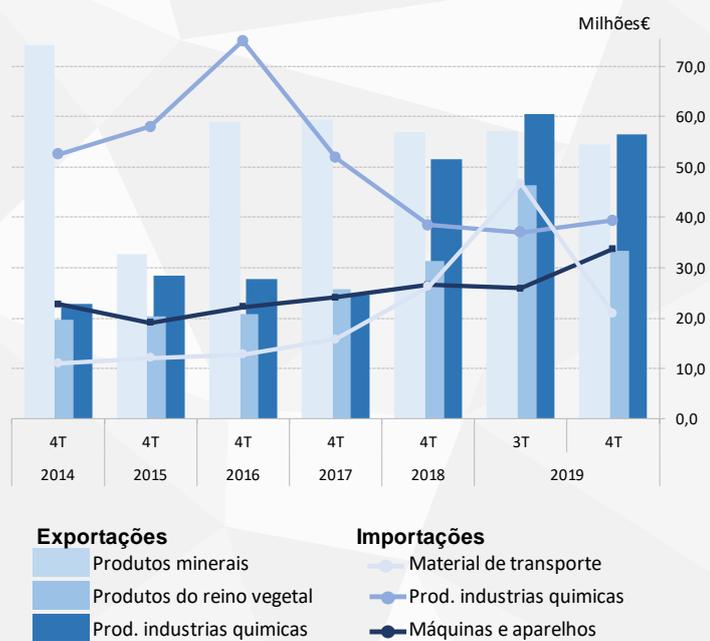
Neste contexto, a taxa de cobertura das importações pelas exportações na Região, é substancialmente superior à mesma taxa a nível nacional, sendo a taxa regional superior a 100%, o que significa que a Região tem uma boa competitividade comercial. No entanto, a intensidade exportadora nacional revela valores superiores à regional. Saliente-se que este indicador evidencia a orientação da produção para o mercado externo e a contribuição das exportações para o PIB.

A taxa de cobertura, quer nacional, revela uma ligeira tendência descendente, enquanto a regional, pelo contrário, revela uma tendência ascendente justificável, no caso regional, pela dinâmica Importações/exportações referida anteriormente.

Quanto à intensidade exportadora, tem mantido uma tendência de estabilidade.

A estrutura das exportações regionais, continua a revelar, à semelhança dos últimos trimestres, que o valor correspondente aos produtos mais exportados na região são os produtos de indústrias químicas, seguido de produtos minerais e de produtos do reino vegetal. Como já se vem salientando, valor dos plásticos e borracha que antes ocupava a 2ª posição nos produtos mais exportados, passou a não constar da lista dos 3 produtos mais comercializados, quer nas importações, quer nas exportações.

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2014 a 2019



Fontes: INE - Infoline

O valor mais elevado dos produtos importados refere-se a produtos de indústrias químicas, seguido de máquinas e aparelhos, surgindo o valor do material de transporte em terceiro lugar, sendo que este, no trimestre anterior ocupava o lugar cimeiro dos 3 produtos importados com valores mais elevados.

Têm-se revelado algumas dinâmicas no posicionamento destes produtos, quer em termos das exportações, quer das importações. O valor das exportações de produtos de indústrias químicas tem vindo a revelar uma tendência ascendente, superior ao valor das importações desta mesma tipologia de produtos. Também o valor das exportações de produtos do reino vegetal tem vindo a revelar tendência continuamente ascendente, tendo este trimestre revelado uma tendência descendente, face ao trimestre anterior, mas mantendo-se como o produto com valor de exportação que ocupa o 3º lugar de produto mais exportado. Já o valor das exportações de produtos minerais, após 2016, tem vindo a revelar uma tendência descendente, passando a ocupar o 2º lugar no valor de produtos mais exportados, a partir do final de 2018.

Artigo da responsabilidade de Teresa Godinho, chefe de divisão e Amável Candeias, técnico superior - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.

Para uma Administração Local de Excelência

Relatório Regional de Acompanhamento da Cooperação Financeira

Exercício de 2019

A Divisão de Finanças Locais e Modernização (DFLM), enquadrada na DSAJAL, tem como competência plasmada no Despacho nº 14 484/2007 de 6 de julho, no seu artigo 10º, nº 1, alínea d), a gestão e acompanhamento da cooperação técnica e financeira, analisando projetos e acompanhando a execução física e financeira dos contratos e acordos celebrados.

A DFLM, através deste Relatório Regional, vem apresentar o resultado do acompanhamento da cooperação financeira com Autarquias e Particulares (vide quadro I no corpo do Relatório, e quadros II, III e IV em Anexo).

Apresenta-se, assim, um quadro síntese com o acompanhamento efetuado pela Divisão:

Quadro I

QUADRO SÍNTESE

	2019
Nº de projetos rececionados e analisados (candidaturas)	4
Montante de Investimento Apresentado (€)	594 674,40
Nº de projetos aprovados	18
Montante de Investimento Elegível Contratualizado (€)	2 988 030,00
Montante de Participação financeira contratualizada (€)	1 507 609,90
Nº de projetos acompanhados	22
Nº de projetos acompanhados (que apresentaram despesa)	15
Montante total de despesa apresentada, elegível e visada (€)	1 281 001,25
Montante de financiamento justificado pela despesa apresentada, elegível e visada (€)	490 984,24
Fonte: DFLM/DSAJAL	

Seguidamente descreve-se a atividade da DFLM, em 2019, no âmbito dos seguintes programas de financiamento:

- No que se refere ao Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva (PEUUC), abrigado no Despacho nº 7187/2003 de 11 de abril, a execução foi a seguinte:
 - Receção e análise de quatro candidaturas, nos municípios de Castro Verde, Montemor-o-Novo e Moura com um investimento global de 594 674,40 €. Uma dessas candidaturas, no montante de 367 659,96 €, foi devolvida ao promotor para ser reformulada;
 - Registou-se 1 aprovação, por parte da tutela, de um projeto localizado no município de Castro Verde;
 - A DGAL processou em 2019 o montante de 26 225,00 € de financiamento;
 - Acompanhamento de 1 projeto de promotor particular, localizado no município de Castro Verde. Este acompanhamento materializou-se na análise de despesa apresentada, cálculo de elegibilidade e verificação física da mesma, no montante global de 67 157,75 €, bem como elaboração e comunicação do respetivo informe à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). Este projeto apresentou a respetiva conclusão físico-financeira.

Da gestão deste programa emergiram 14 processos administrativos, originando 3 momentos de verificação física, 4 análises técnicas de candidatura, 3 pedidos de pagamento, 2 processos administrativos e 2 informações diversas.

- No âmbito do Despacho nº 3321/2018 de 04 de abril, que instituiu o Programa de concessão de incentivos financeiros para a construção e modernização de Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO), além da DGAL e das CCDR, participa também no Programa a Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV). Este Programa tem como objetivo financiar a construção de um novo CRO que deve incluir uma instalação para a realização de esterilizações ou a modernização de um CRO já existente, incluindo a requalificação, ampliação e criação de instalação para realização de esterilizações.

Os beneficiários a este Programa são os municípios, agrupamento de municípios com candidatura conjunta, associações de municípios de fins específicos, entidades intermunicipais e empresas locais em que o seu capital seja totalmente detido por municípios, suas associações ou área metropolitana.

Este Programa teve, em 2019 a seguinte execução:

- Recaiu a aprovação em 7 candidaturas, cujos contratos de financiamento foram assinados a 30-07-2019, respeitante aos municípios de Avis, Campo Maior, Crato, Marvão, Monforte, Reguengos de Monsaraz e Vila Viçosa. Estas aprovações contemplam um investimento elegível de 559 891,84 € e uma comparticipação financeira de 293 541,90 €;
- A DGAL processou, em 2019, a título de adiantamento, o pagamento global de 264 187,71 €;
- Em termos de despesa apresentada, foram acompanhados 3 projetos, com um volume de despesa de 86 063,89 €, havendo condições para ser verificado 1 projeto com 51 652,68 € de despesa verificada e elegível, correspondendo uma justificação de 28 770,54 € de financiamento.

Da gestão deste programa emergiram 14 processos administrativos, originando 1 momento de verificação física, 3 pedidos de pagamento, 8 processos administrativos e 2 informações diversas.

- Também no âmbito do Despacho nº 6274/2018 de 28 de junho, que instituiu o Programa BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais, participam a DGAL e as CCDR.

Este Programa tem como objetivo, financiar as iniciativas de natureza municipal que promovam a coesão territorial e o aumento da capacidade de atracção dos territórios do interior. Os projetos a co-financiar devem-se enquadrar nos objetivos e zonamento geográfico do Plano Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), Plano este regulado pela RCM nº 72/2016 de 24 de novembro e pela Portaria nº208/2017 de 13 de julho.

Os beneficiários a este Programa são os municípios, podendo os mesmos apresentar apenas uma candidatura cada e com um valor máximo de investimento elegível até 300 000,00 €.

Este Programa teve, em 2019, a seguinte execução:

- Foram aprovadas 10 candidaturas, cujos contratos de financiamento foram assinados a 30-05-2019, respeitante aos municípios de Alcácer do Sal, Almodôvar, Avis, Barrancos, Campo Maior, Mourão, Odemira, Reguengos de Monsaraz, Santiago do Cacém e Vendas Novas. Estas aprovações contemplam um investimento elegível de 2 375 688,16 € e uma comparticipação financeira de 1 187 843,00 €;
- A DGAL processou, em 2019, a título de adiantamento, o pagamento global de 1 069 058,70 €;
- Em termos de despesa apresentada, foram acompanhados 9 projetos, com um volume de despesa de 1 342 648,82 €, correspondendo a 1 162 190,82 € de despesa verificada e elegível, correspondendo uma justificação de 442 544,95 € de financiamento.

Da gestão deste programa emergiram 48 processos administrativos, 15 pedidos de pagamento que originaram 12 momento de verificação física, 18 processos administrativos e 3 informações diversas.

Quadro II

2019				
CANDIDATURAS				
Programa	Promotor	Projecto	Investimento (€)	OBS
PEUUC	Moura Atlético Clube	Reabilitação do Estádio do Moura Atlético Clube	98 356,95	
PEUUC	União das Freguesias de Castro Verde e Casével	Alteração do Polidesportivo Descoberto em Casével	81 302,49	
PEUUC	Grupo União Sport	Requalificação do Estádio 1º de Maio - Montemor	367 659,96	a)
PEUUC	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Póvoa de S. Miguel	Conservação da Igreja da Póvoa de S. Miguel	47 355,00	
			594 674,40	
a) Após reunião com o promotor, através do ofício datado de 13-12-2019, foi devolvida a candidatura para reformulação.				
Fonte: DFLM/DSAJAL				

Quadro III

2019				
APROVAÇÃO				
Programa	Promotor	Projecto	Investimento Elegível (€)	Comparticipação Financeira (€)
BEM	Município de Avis	Remodelação e Ampliação das Piscinas Municipais de Avis	297 462,64	148 731,00
BEM	Município de Mourão	Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho	220 764,95	110 382,00
BEM	Município de Santiago do Cacém	Projeto Integrado de Requalificação e Modernização dos Equipamentos Desportivos do Parque Urbano do Rio da Figueira	249 802,75	124 901,00
BEM	Município de Barrancos	Requalificação do Edifício Sede do Município	157 209,51	78 605,00
BEM	Município de Odemira	Beneficiação do Complexo Desportivo de Odemira	300 000,00	150 000,00
BEM	Município de Vendas Novas	Valorização do Parque Desportivo de Vendas Novas - Campo Sintético	300 000,00	150 000,00
BEM	Município de Almodôvar	Balcão Único Municipal (Secretaria e Expediente/Obras Particulares)	299 652,95	149 826,00
BEM	Município de Reguengos de Monsaraz	Requalificação do Campo de Futebol Municipal - Construção de Relvado Sintético	238 704,16	119 352,00
BEM	Município de Alcácer do Sal	Valorização Arquitetónica e Funcional do Edifício dos Paços do Concelho	105 023,55	52 512,00
BEM	Município de Campo Maior	Remodelação do R/C do edifício dos Paços do Concelho - Balcão Único	207 067,65	103 534,00
PEUUC	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Castro Verde	Limpeza da cobertura/Pintura do Edifício da Igreja Matriz de Castro Verde - Basílica Real de Castro Verde	52 450,00	26 225,00
CRO	Município de Campo Maior	Construção de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Campo Maior	105 778,36	50 000,00
CRO	Município do Crato	Construção de um Centro de Recolha Animal	75 471,70	45 283,02
CRO	Município de Avis	Centro de Recolha Animal de Avis	57 147,56	34 288,54
CRO	Município de Marvão	CRO do Município de Marvão - Execução de Canil Municipal	108 641,32	50 000,00
CRO	Município de Monforte	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Monforte	106 235,67	50 000,00
CRO	Município de Reguengos de Monsaraz	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Reguengos de Monsaraz	38 367,23	23 020,34
CRO	Município de Vila Viçosa	Construção de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Vila Viçosa	68 250,00	40 950,00
			2 988 030,00	1 507 609,90
Fonte: DFLM/DSAJAL				

Quadro IV

2019						
EXECUÇÃO						
Programa	Promotor	Projecto	Despesa Elegível Visada (€)	Montante de financiamento justificado pela despesa apresentada, elegível e visada (€)	Conclusão	Obs
PEUUC	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Castro Verde	Limpeza da cobertura/Pintura do Edifício da Igreja Matriz de Castro Verde - Basílica Real de Castro Verde	67 157,75	19 668,75	X	
CRO	Município de Alandroal	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Alandroal	51 652,68	28 770,54		
BEM	Município de Aljustrel	Beneficiação e Modernização de infraestruturas no complexo desportivo de Aljustrel	154 641,61	48 587,29		
BEM	Município de Beja	Valorização da pista de atletismo do complexo desportivo Fernando Mamede				a)
BEM	Município de Campo Maior	Remodelação do R/C do edifício dos Paços do Concelho - Balcão Único	90 865,00	45 432,50		
BEM	Município de Castro Verde	Alteração e Conservação do Pavilhão Municipal de Castro Verde				b)
BEM	Município de Évora	Requalificação das Piscinas Municipais de Évora	34 302,06	10 770,85		
CRO	Município de Fronteira	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Fronteira				c)
BEM	Município de Gavião	Obra de Beneficiação do Cineteatro Francisco Ventura em Gavião	84 587,70	26 560,54		
BEM	Município de Grândola	Beneficiação dos Campos de Jogos do Parque Desportivo Municipal de Grândola	273 000,00	85 722,00	X	
BEM	Município de Moura	Reabilitação da Piscina Municipal de Moura	73 196,78	22 983,79		
BEM	Município de Odemira	Beneficiação do Complexo Desportivo de Odemira	106 411,00	53 205,50		
BEM	Município de Sousel	Reabilitação do Complexo de Piscinas Cobertas	125 327,15	39 352,73		
BEM	Município de Vendas Novas	Valorização do Parque Desportivo de Vendas Novas - Campo Sintético	219 859,52	109 929,76		
CRO	Município de Vila Viçosa	Construção de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Vila Viçosa				d)
			1 281 001,25	490 984,24		
a) A Autarquia remeteu despesa no montante de 139 525,78 €, contudo esta não era contemplada na candidatura, por isso não elegível, não se prosseguindo com o processo de aceitação e verificação da despesa.						
b) Foi apresentada pela autarquia, no final do ano, despesa no montante de 34 742,37 €, ainda sem ser verificada fisicamente.						
c) Foi apresentada pela autarquia, no final do ano, despesa no montante de 25 018,95 €, ainda sem ser verificada fisicamente.						
d) Foi apresentada pela autarquia, no final do ano, despesa no montante de 9 392,26 €, ainda sem ser verificada fisicamente.						
Fonte: DFLM/DSAJAL						

Perspetiva 2020

Perspetivas para 2027

O desenvolvimento regional pressupõe que a intervenção nos territórios seja feita numa perspetiva integrada das respetivas vertentes económica, social, ambiental e de sustentabilidade das diversas políticas, assim como da perspetiva dos atores presentes nesses territórios, quer sejam públicos ou privados, tanto na fase de conceção, como de implementação e de provisão. Assim, é importante que a coordenação das várias políticas setoriais que irão incidir em determinado território se faça de forma participada e efetiva nas diversas fases.

A política de desenvolvimento regional é suportada fisicamente por todas as infraestruturas que servem de base aos processos de mudança estrutural da região e que são instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema produtivo, tais como as infraestruturas de transportes, comunicações, hospitais, escolas.

Além do suporte físico, a política de desenvolvimento regional deve incluir também fatores qualitativos imateriais necessários ao crescimento tais como o (i) “know-how” tecnológico e inovador, (ii) a capacidade de gestão e de organização (iii) e a capacidade empreendedora. Outros aspetos relevantes são a disponibilização de instrumentos financeiros necessários ao financiamento de projetos que contribuam para o desenvolvimento e ainda os instrumentos de sustentabilidade que permitam o uso sustentável dos recursos naturais, visando o desenvolvimento integrado nas vertentes económica, social e ambiental. Estes instrumentos financeiros têm vindo a ser disponibilizados através dos vários Programas Comunitários com incidência no território, ao longo dos vários períodos de programação e será muito difícil ter uma perceção da situação que a Região teria se não fossem esses instrumentos.

A UE salienta a definição global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como quadro de ação política para fazer face aos nossos múltiplos desafios – económicos, sociais, ambientais, de governação, de política externa – e reitera que todos os intervenientes devem ter um entendimento comum do desenvolvimento sustentável e dos ODS para os aplicar integralmente em prol do bem-estar das pessoas e das gerações futuras, devendo a política de coesão para 2021-2027 ter objetivos mais convergentes com os ODS, de modo a assegurar uma melhor execução e coerência das ações.

A Coesão é o principal instrumento de investimento da UE para que as regiões concretizem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e assegurem o seu desenvolvimento económico, social e territorial.

A política de coesão promove o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de toda a União e das suas regiões e pretende, sobretudo, melhorar a competitividade e o emprego e é responsável por aproximadamente um terço das despesas da UE, tentando diminuir a desigualdade entre as regiões.

Em Portugal, a regulamentação da política de Coesão da União Europeia tem ancorado os instrumentos de política de desenvolvimento regional e a territorialização de algumas das políticas setoriais. Mas este enquadramento nas orientações da política de coesão não deve limitar a ambição da estratégia de desenvolvimento regional nem condicionar ações e projetos, apenas, aos financiamentos comunitários disponíveis. Neste exercício de planeamento estratégico, que se quer participado e ambicioso, é imprescindível o envolvimento dos vários atores regionais.

Estamos no momento de definir uma estratégia para a Região, no horizonte 2021-2027. É tempo de todos conseguirmos contribuir de forma construtiva para a formalização integrada dessa estratégia e de a acompanhar em todas as fases subsequentes. O importante é que a estratégia de desenvolvimento regional, tendo como pressupostos os conceitos de desenvolvimento já referenciados, assente em ações baseadas nas condições de cada sub-região e da região, assegurando a utilização eficiente das potencialidades de desenvolvimento, as quais devem ser combinadas com as políticas setoriais e regionais que contribuam para a reestruturação produtiva e a mudança estrutural da economia.

Considerando que somos uma região da União Europeia (UE) não podemos deixar, no entanto, de enquadrar a

nossa estratégia nos princípios orientadores para os territórios de baixa densidade, característica comum a toda a região Alentejo.

Ora, num momento tão importante para a Região, em que os atores que vivem no território são chamados a contribuir para a definição da estratégia que consideram adequada para o Alentejo, para o período 2021-2027, é também preciso enquadrar essa estratégia no quadro da política de coesão da União Europeia (UE), de modo que a Região possa vir a beneficiar de instrumentos financeiros que promovam o desenvolvimento tão desejado. Neste contexto, a política de coesão propõe cinco objetivos principais que irão nortear os investimentos em 2021-2027:

1. Uma Europa mais inteligente, graças à inovação, à digitalização, à transformação económica e ao apoio às pequenas e médias empresas;
2. Uma Europa mais «verde», sem emissões de carbono, aplicando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;
3. Uma Europa mais conectada, com redes de transportes e digitais estratégicas;
4. Uma Europa mais social, concretizando o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a incluso o social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;
5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos, graças ao apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na UE.

Tendo em conta os 5 objetivos enunciados, a política regional da UE tem impacto em cinco domínios fundamentais:

- Nas pessoas, facilitando o acesso ao emprego, à educação e às oportunidades de inclusão social
- Nas PME, apoiando o seu desenvolvimento
- Na investigação e na inovação, promovendo o investimento e o emprego relacionado com a investigação
- No ambiente, através de grandes projetos para melhorar a sua proteção
- Nos setores dos transportes e da energia, modernizando-os para enfrentarem as alterações climáticas, consagrando uma atenção especial às energias renováveis e às infraestruturas de transportes inovadoras

A política de coesão é dirigida a todas as regiões e municípios da UE, e pretende sobretudo o sucesso das medidas destinadas a promover o crescimento económico e o emprego e a melhorar a qualidade de vida das pessoas, através de investimentos estratégicos. Graças a esta forma ativa de solidariedade por parte da UE, as pessoas que vivem em regiões menos desenvolvidas podem tirar partido das oportunidades criadas pelo maior mercado do mundo.

A nossa Região tem que aproveitar esta oportunidade, com o contributo de todos.

Artigo da responsabilidade da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.

O Alentejo no contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região Situação a 31 de dezembro de 2019

O Portugal 2020, para consagrar a política de desenvolvimento económico, social e territorial para Portugal, no período que medeia entre 2014 e 2020, reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente, FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP.

Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais das intervenções dos fundos europeus no Alentejo, com maior incidência para o Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais Temáticos COMPETE 2020, PO SEUR, PO CH, PO ISE, PDR 2020.

Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela AD&C no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial, sendo a última referente a 31 de dezembro de 2019 e a informação disponibilizada nos sites do PDR 2020 e MAR 2020.

Síntese Trimestral

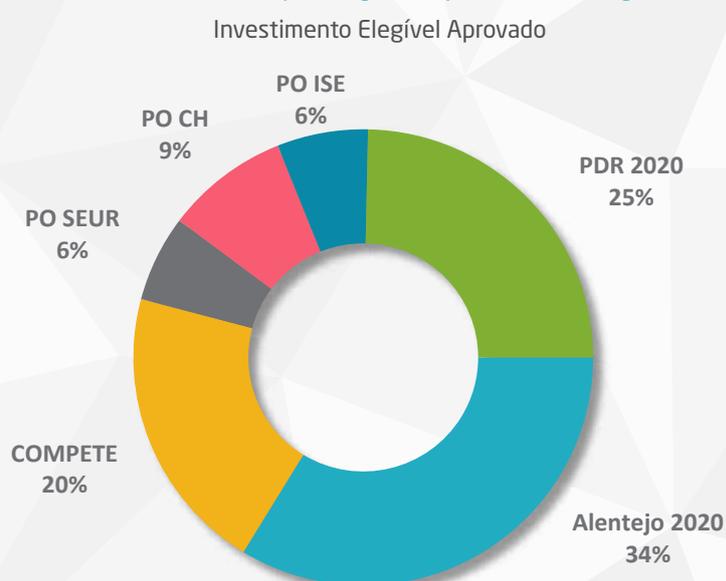
Durante o último trimestre pode constatar-se que houve crescimento, quer ao nível das operações aprovadas, quer ao nível do investimento elegível, bem como ao nível dos fundos europeus comprometidos.

Quadro 1 - Evolução Global dos Fundos Europeus

	Acréscimo Relativo	
	Trimestre Anterior	Ano Anterior
Nº Operações	7,7%	33,8%
Investimento Elegível	5,7%	26,5%
Fundo Europeu	6,4%	23,5%

O mesmo se passou ao longo do último ano (dez. 2019 - dez. 2018), durante o qual se registaram acréscimos significativos ao nível de cada uma das variáveis analisadas.

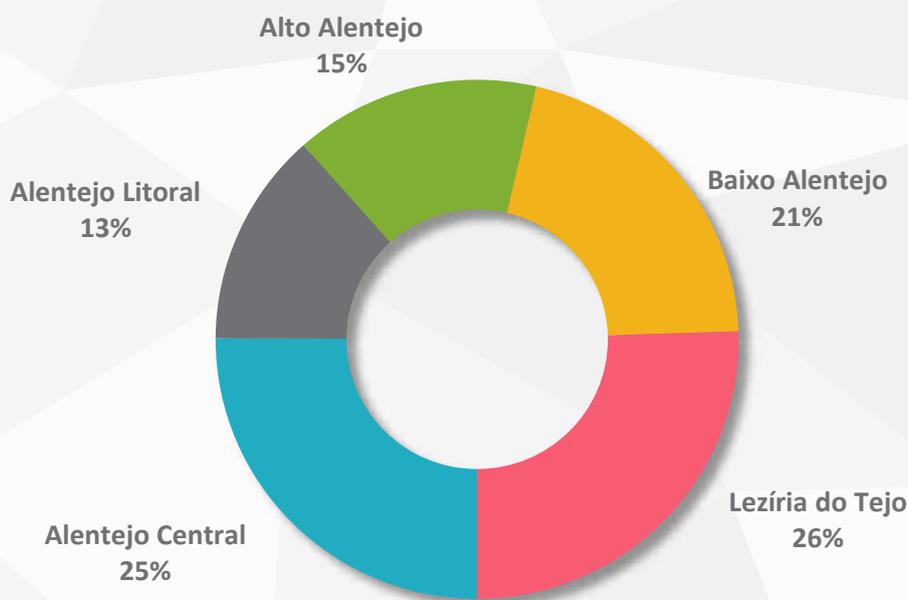
Gráfico 1 - O Investimento por Programa Operacional na Região Alentejo



Conforme se pode constatar, a maior parte do investimento a nível regional é aprovado ao abrigo das candidaturas ao Alentejo 2020, seguindo-se o PDR 2020 e o COMPETE 2020; entre os três são responsáveis por 79% de todo o investimento elegível candidatado ao abrigo dos fundos europeus.

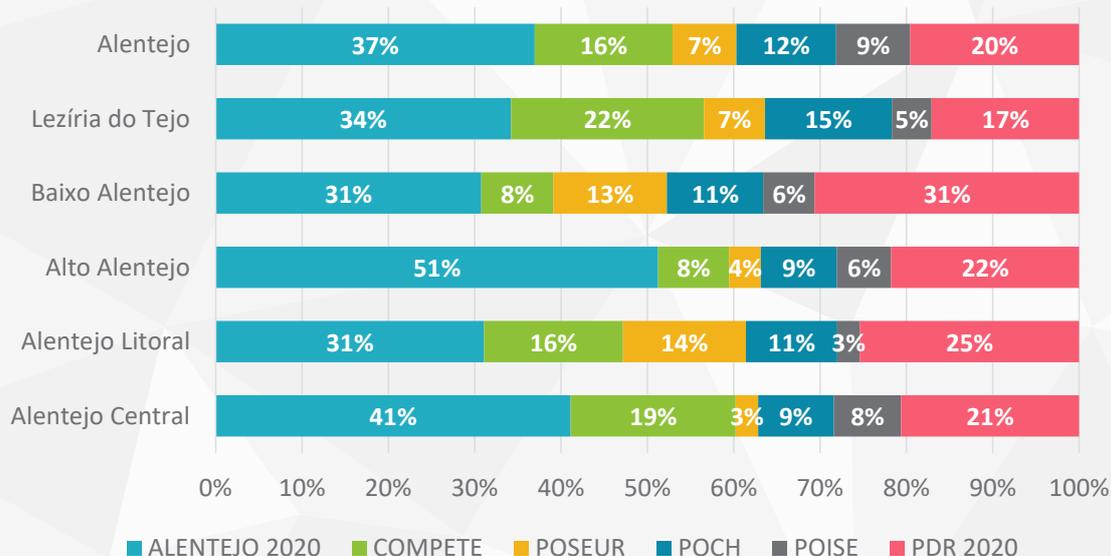
Gráfico 2 - O Investimento no Alentejo por NUTS III

Investimento Elegível Aprovado por NUT III



Em termos de NUT III, o maior volume de investimento elegível encontra-se no Lezíria do Tejo, seguido de perto pelo Alentejo Central; estas duas NUTS III concentram 51% do investimento elegível aprovado para esta região.

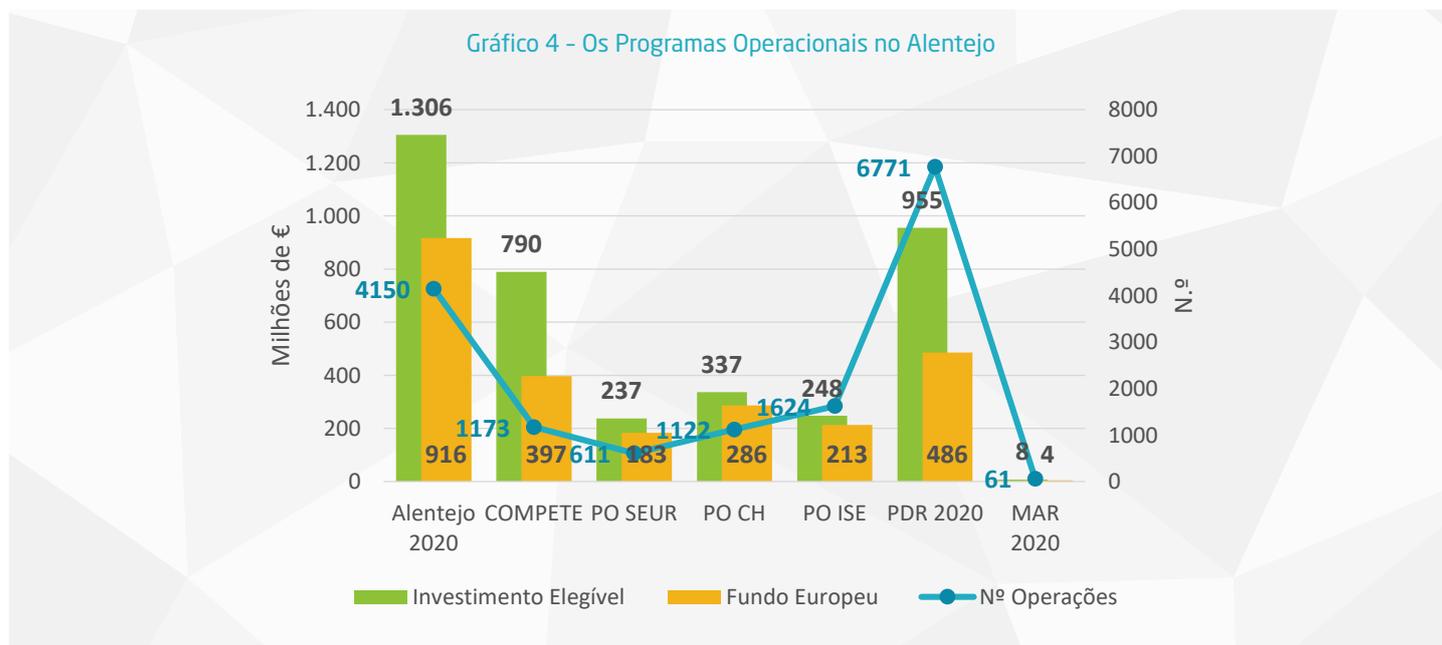
Gráfico 3 - Fundo Europeu Aprovado por PO e por NUTS III



O Alto Alentejo é a NUTS III onde o Programa Operacional Regional - Alentejo 2020 assume maior destaque no contexto dos fundos europeus aprovados para financiar o investimento nessa NUTS III. Por sua vez, no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo, o PO Regional assume menos preponderância no contexto dos PO financiadores. De salientar ainda o peso relativo que o PDR tem na NUTS III Baixo Alentejo, na qual iguala o peso do Alentejo 2020.

Operações aprovadas por programa operacional

À data de realização desta análise, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020, o PDR 2020 e o COMPETE 2020.



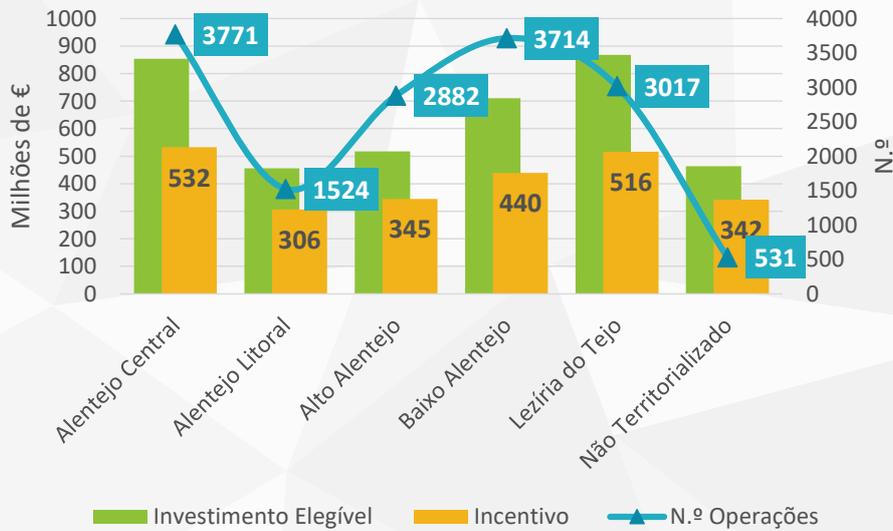
O PDR 2020 pela sua génese adequada à base económica do Alentejo e por ter sido o primeiro a arrancar, apesar de ter vindo a perder influência, é o que tem mais operações aprovadas 44% do total.

Por sua vez, o Alentejo 2020 é o que apresenta maior volume de investimento elegível, com 1.306 milhões de euros e o que mais fundos europeus mobiliza, 916 milhões de euros, (37%) e o COMPETE 2020 é o que apresenta maior valor médio de investimento por projeto (mais de 673 mil euros/projeto).

Refira-se que com o evoluir do tempo, no atual período de programação, está a notar-se uma diminuição do peso do PDR 2020 no contexto global da aplicação de fundos europeus no Alentejo, como resultado de uma evolução gradual na execução dos outros PO, designadamente o Alentejo 2020 e o POCH, enquanto o PDR 2020 já atingiu uma fase de maturidade.

A distribuição territorial dos fundos europeus dá uma perspetiva que permite constatar, ainda que de forma algo simplista, algum do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território. A observação do gráfico 5, que representa a distribuição das e fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (mais de 24%) ocorre simultaneamente nas NUTS III Alentejo Central e Baixo Alentejo, sendo que a primeira é a mais representativa no que respeita a investimento elegível e fundo europeu aprovado para apoiar as operações em curso, com percentagens de 22% em ambos os casos. Em termos de relevância a Lezíria do Tejo assume também destaque, pois representa cerca de 22% do investimento elegível e 21% fundo europeu aprovado.

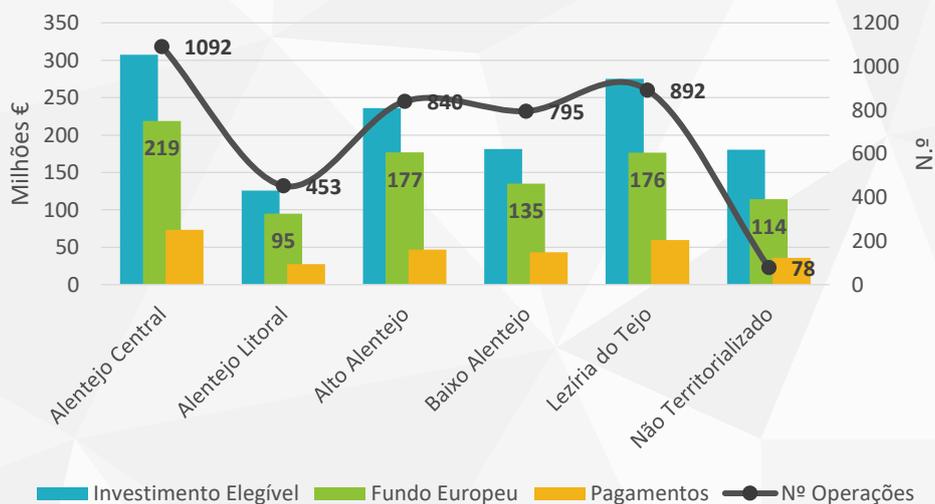
Gráfico 5 - Distribuição das operações e fundos europeus por NUTS III



Observando o gráfico urge fazer uma chamada de atenção para o elevado número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes com particular destaque para o FSE, que representa cerca de 53% das operações não territorializadas e 58% dos fundos europeus utilizados para as apoiar, fruto da génese do fundo em questão e do tipo de beneficiário que dificultam muito a sua afetação territorial, contudo este registo tem vindo a ser progressivamente menor. Por sua vez, o FEDER que representa 40% das operações e do fundo europeu não territorializado, mas neste caso em função de haver um determinado número de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.

Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020

Gráfico 6 - O Alentejo 2020 por NUTSIII



O Alentejo 2020 é financiado por dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e, desta forma, não é de estranhar que seja responsável por cerca de 78% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 92% no que diz respeito a investimento elegível, fundo europeu aprovado e pagamentos efetuados. De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma informação que está sujeita a segredo estatístico o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 7%.

A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo do Alentejo 2020 evidencia que a NUTS III Alentejo Central se destaca por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (24% do total). Também se observa um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações que não se conseguem territorializar e que no seu

conjunto representam cerca de 12% dos fundos aprovados para apoiar as operações.

As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes neste PO e são particularmente evidentes ao nível das Tipologias de Intervenção: Qualificação e Inovação de PME e Reabilitação Urbana do FEDER e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis e Redução do Abandono Escolar do FSE, tipologias que estão associadas a operações com beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

No sentido de se poder fazer alguma avaliação aos impactos que o Alentejo 2020 está a ter na região, calculou-se um conjunto de indicadores de densidade que permitem traçar uma retrospectiva relativamente ao peso dos fundos europeus na região. Desta forma, constata-se que o Alto Alentejo apresenta o maior volume de investimento *per capita*, bem como detém o maior volume de fundos europeus aprovados *per capita* (1651 €/hab.) neste Programa Operacional.

Já no que respeita ao volume de investimento por unidade de área, verifica-se que este é maior na Lezíria do Tejo, indiciando uma maior concentração do investimento, por unidade de área, nesse território. Contudo, quando comparado, o peso dos fundos europeus no investimento elegível é menor na Lezíria do Tejo (65%) e no Alentejo Central (71%) do que nas restantes NUTS III, nas quais se vai aproximar ou supera os 75%.



Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020

O COMPETE é suportado por três fundos estruturais, o FEDER, o FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos, e o Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.

Nesta altura, de entre todos, o FEDER é o mais representativo ao atingir valores que variam entre os 61% do número de operações e os 89% do investimento elegível, 82% do fundo aprovado para as apoiar e os 91% dos pagamentos efetuados, indiciando que também é o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa.

No diz respeito à distribuição territorial constata-se que o COMPETE incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo, que detêm 26% e 29%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações. Tal indícia que estas duas NUTS III são as mais dinâmicas do ponto de vista empresarial.

Saliente-se também o grande número de operações não territorializadas (17% do total) que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo qualificado e criativo; Internacionalização das PME e Empreendedorismo e Inovação Social.

Relativamente aos indicadores de densidade, verifica-se que o Alentejo Central é a NUTS III que apresenta valores mais elevados de investimento elegível *per capita* e fundo europeu *per capita*, respetivamente. O mesmo se passa no que respeita aos valores observados por empresa, indiciando claramente uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nesta NUTS III. De referir ainda que no Alentejo Central apenas 46% do investimento elegível é suportado pelos Fundos Europeus, quando a média regional deste indicador se situa nos 50%.

Gráfico 8 - O COMPETE 2020 por NUTSIII

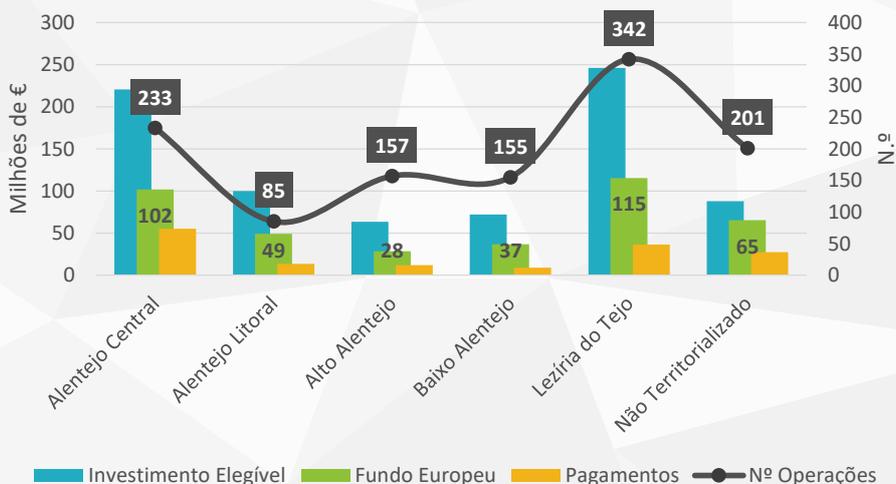
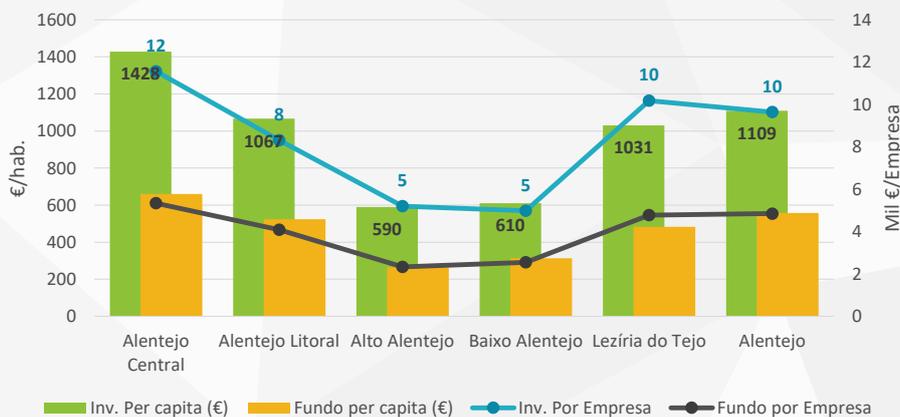


Gráfico 9 - Indicadores de densidade no COMPETE 2020 por NUTSIII



Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

O PO SEUR está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. Em termos de distribuição territorial, foge um pouco às distribuições anteriores pois assume a sua maior expressão na NUTS III Baixo Alentejo, com 29% do investimento elegível e 32% do apoio aprovado; em segundo plano, destacam-se Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo com 22% e 24% do investimento elegível; e 24% e 20% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas, respetivamente.

Gráfico 10 - O PO SEUR por NUTS III



Gráfico11 - Indicadores de densidade no PO SEUR por NUTSIII



Saliente-se que a maior parte das operações aprovadas estão inseridas na tipologia Ciclo Urbano da Água, que mobiliza 55% do fundo europeu aprovado para apoiar as operações inseridas neste PO temático. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas estão inseridas na Tipologia Eficiência Energética nas Habitações, a qual representa 57% do investimento elegível e 44% do fundo europeu não territorializado neste PO.

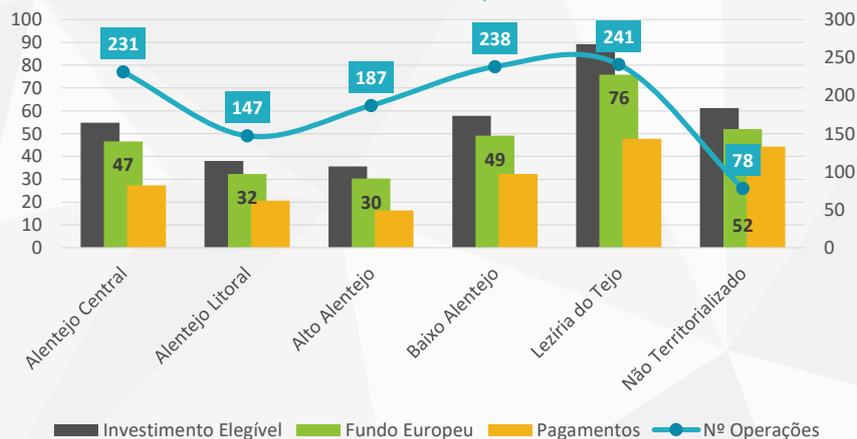
No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral são os que apresentam valores mais elevados de investimento elegível per capita e fundo europeu per capita, claramente indicativos de um investimento mais elevado por habitante destas NUTS III. Já relativamente aos valores observados por unidade territorial, estes revelam-se mais elevados na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral indiciando uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nestas duas NUTS III. De salientar que em quatro das cinco NUTS III do Alentejo, excetua-se a Lezíria do Tejo, a parte do investimento elegível suportada pelos Fundos Europeus é superior a 80%, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 77%.

Programa Operacional Capital Humano - PO CH

O PO CH tem o FSE como único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca das demais pois é que apresenta maior número de operações aprovadas (21%), de Investimento elegível (26%) e de fundo europeu mobilizado para as apoiar (26%).

Merece destaque também o número de operações e de fundo europeu mobilizado em operações não territorializadas (7%) que, contudo, concentram 18% do investimento elegível e do incentivo concedido, e estão muito ligadas à génese deste PO que, por vezes, tem dificuldade em associar as operações ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Ensino Superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação Avançada.

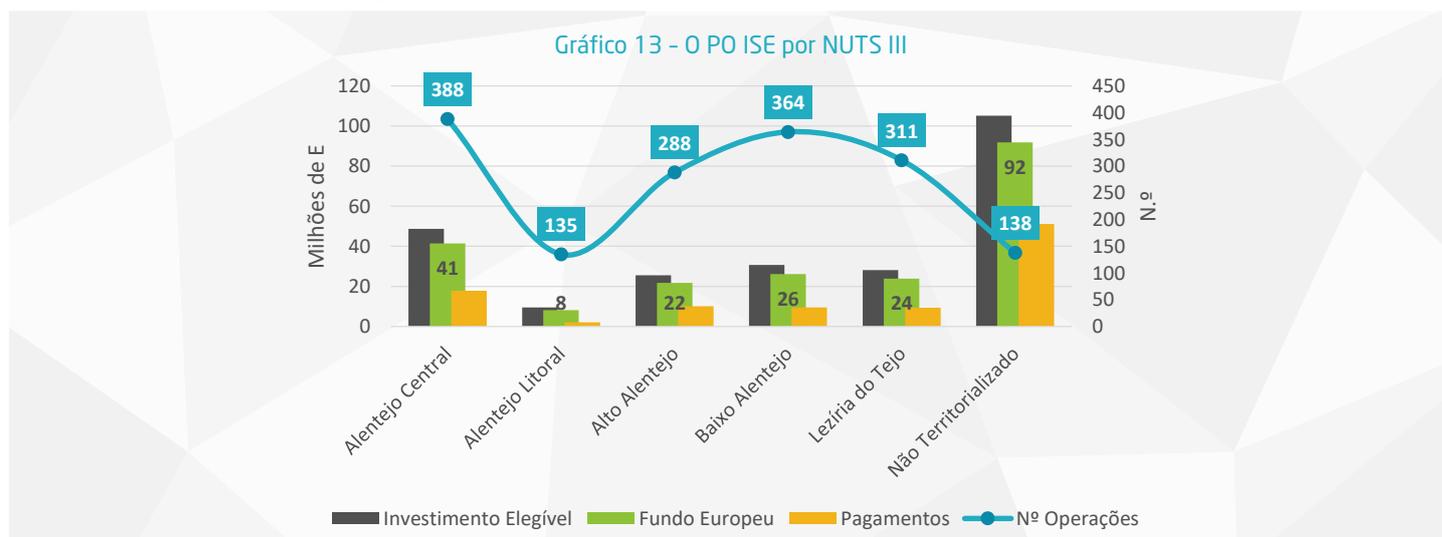
Gráfico 12 - O PO CH por NUTS III



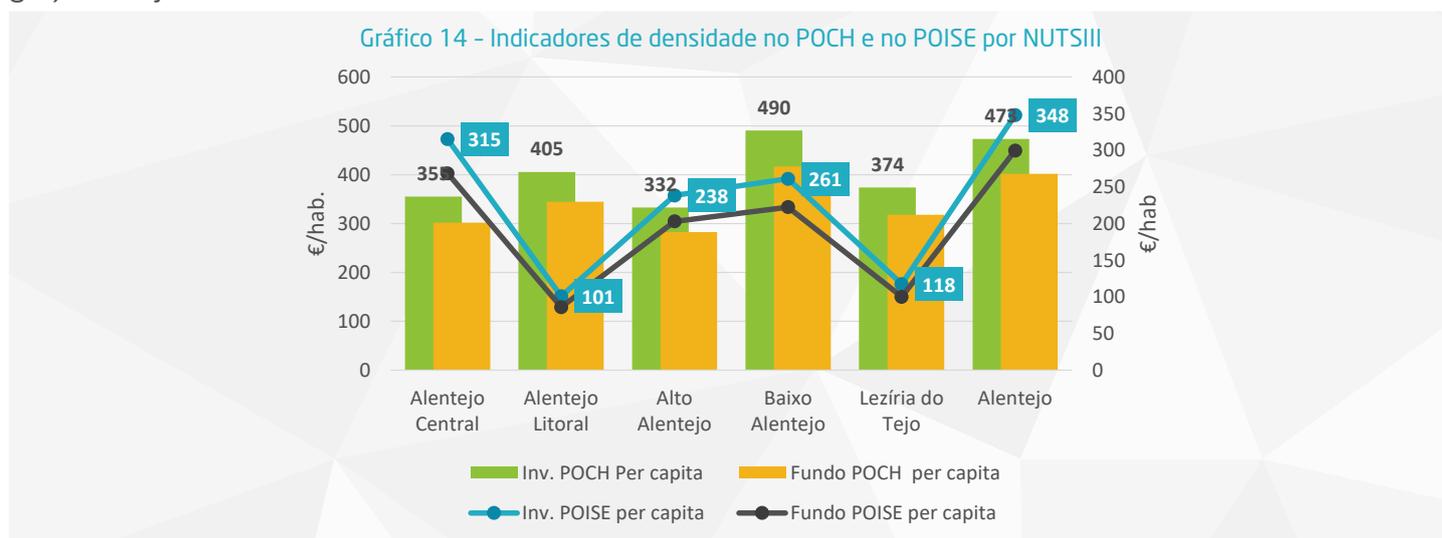
Os indicadores de densidade são apresentados e analisados no gráfico 14.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

À semelhança do anterior, o PO ISE tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, constata-se que não há nenhuma NUTS III com maior destaque que as restantes, todas elas primam por apresentar valores baixos. Neste PO as operações não territorializadas, constituem a exceção, e assumem predominância com 8% das operações contratadas, bem como o investimento com 42% elegível aprovado e 43% do fundo europeu aprovado para as financiar.



Esta situação evidencia-se devido às tipologias de intervenção que compõem este PO que, por vezes, têm muita dificuldade em estabelecer a sua ligação ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos adultos no mercado laboral; Iniciativa Emprego Jovem, e Integração dos jovens no mercado laboral.



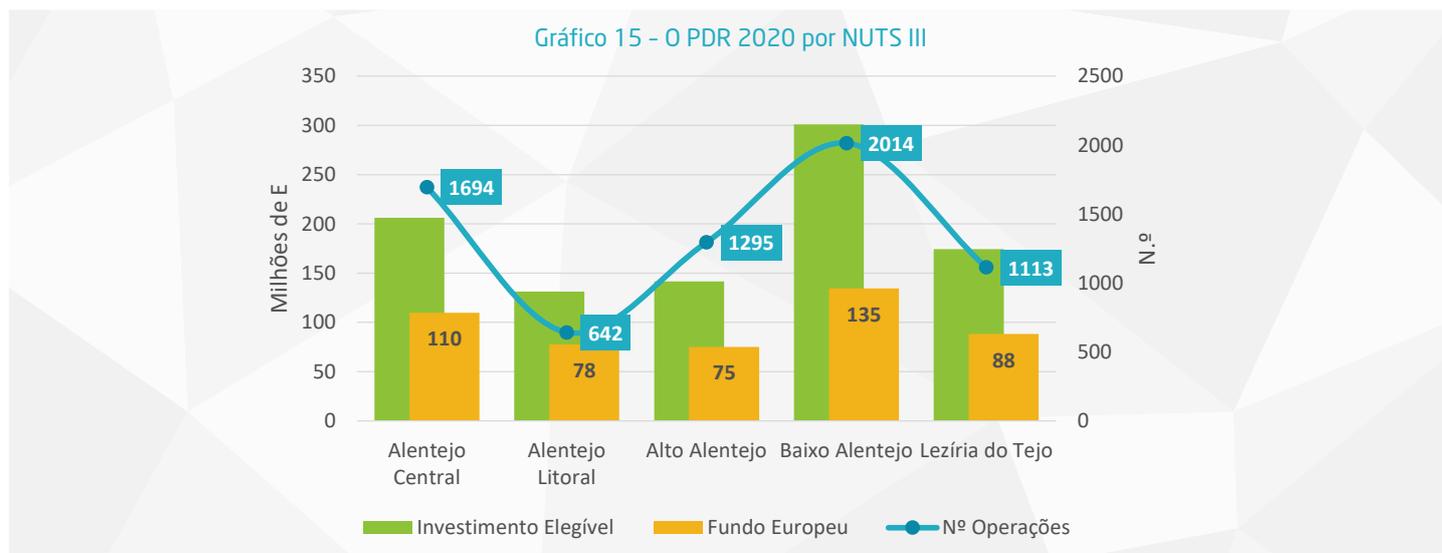
No que concerne aos indicadores de densidade, no caso do POCH e do POISE, uma vez que se tratam de Programas virados para a qualificação das populações, optou-se por calcular os indicadores *per capita*. E, em ambos os casos, observa-se que os valores obtidos para a região são significativamente superiores aos valores das NUTS III, esta situação é devida ao facto de existirem em ambos os PO um conjunto muito alargado de operações não territorializadas.

Ainda assim, e no caso do POCH, assume algum destaque o Baixo Alentejo, a única NUTS III na qual os valores dos indicadores superam a média regional. No caso do POCH, estão contratadas operações que pressupõem um valor de investimento na região superior a 472 euros por habitante, enquanto que, no que respeita ao POISE esse valor ascende a cerca de 348 euros/habitante.

Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020

O PDR 2020 é financiado única e exclusivamente pelo FEADER e tem sofrido alterações muito ligeiras de trimestre para trimestre, uma vez que foi o primeiro programa a atingir a maturidade e a ter a maior parte do fundo comprometido.

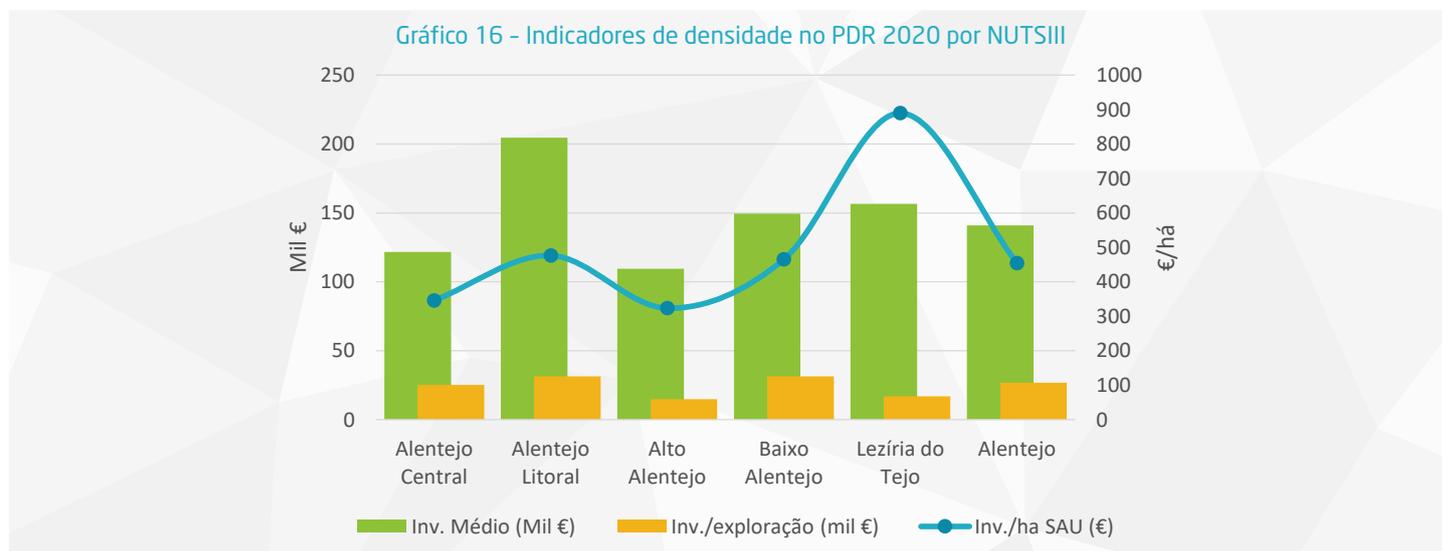
Quando se olha para a distribuição territorial da aplicação do FEADER, verifica-se que a mesma se encontra relativamente equilibrada com valores compreendidos entre os 15% no Alto Alentejo e os 28% no Baixo Alentejo. Esta segunda NUTS III destaca-se um pouco mais, uma vez que apresenta o maior número de candidaturas aprovadas (30%) e o maior volume de investimento elegível (32%).



Esta situação está ligada à alteração do modelo de exploração agrícola induzido pelo EFMA - Empreendimento de fins Múltiplos de Alqueva, que se traduz numa maior procura de apoios ao investimento no sentido de intensificar a produção agrícola.

No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta maiores valores de investimento médio (próxima dos 205 mil euros) e maior volume de investimento por exploração (31,41 mil euros), na qual é acompanhada pelo Baixo Alentejo, indiciando uma mobilização muito grande de investimento para estas sub-regiões.

Por sua vez, a Lezíria do Tejo é a NUTS III que apresenta maior volume de investimento por unidade de área, próximo de a 890 €/ha, indiciando uma maior intensidade de investimento nas explorações localizadas nesta NUTS III.



ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em destaque



Ficha de Projeto

Projeto:

ARGO BAUM TECH PRECISION 2020

Beneficiário:

ARGO BAUM TECH PRECISION, LDA

Concelho (Localização Física da Operação):

Elvas

Investimento Elegível Aprovado:

€ 1 712 995

FEDER Aprovado:

€ 1 284 746

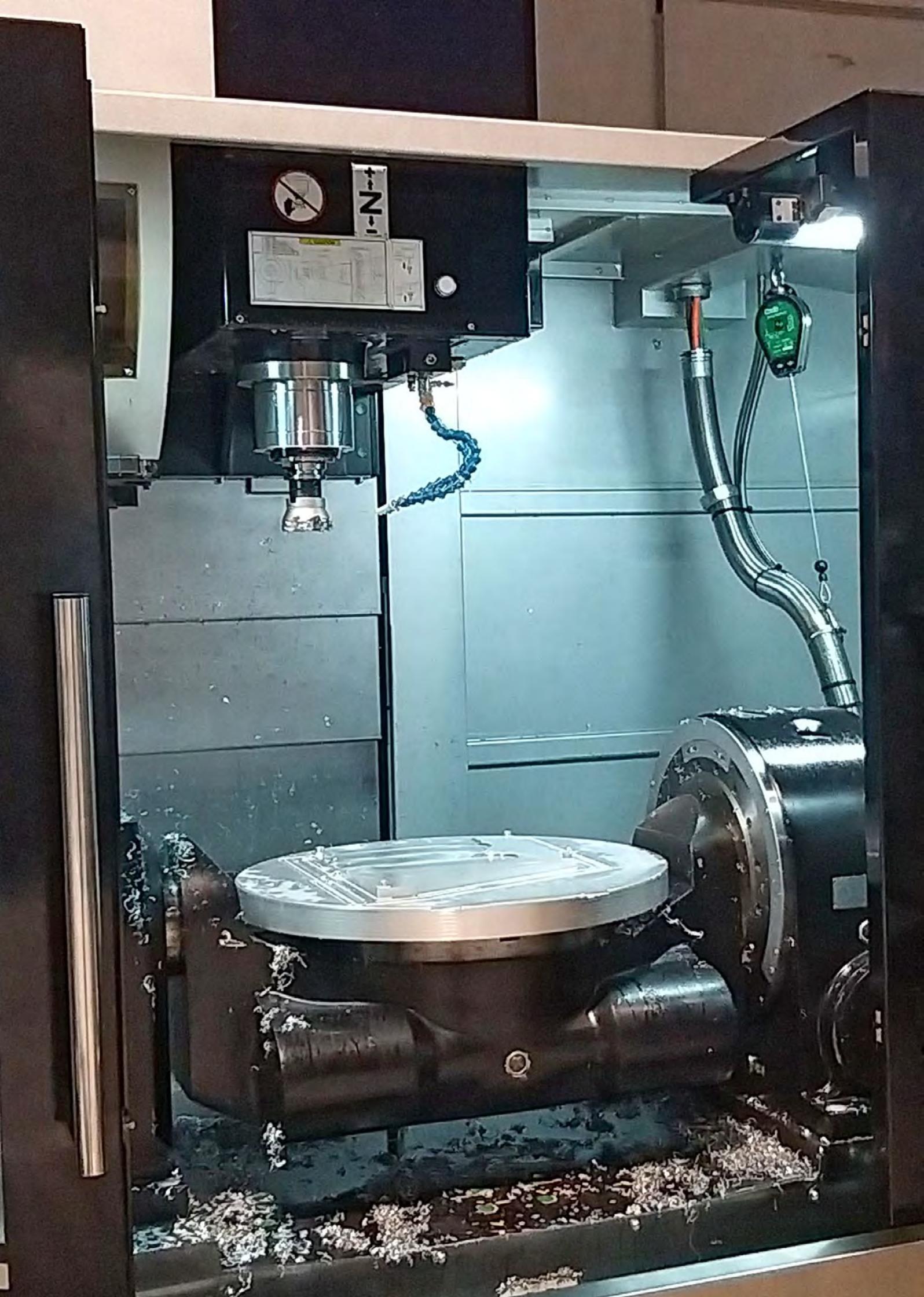


Descrição:

O projeto "ARGO BAUM TECH PRECISION 2020", com enquadramento na tipologia Criação de empresas em setores com fortes dinâmicas de crescimento e/ou com maior intensidade de tecnologia e conhecimento, tem por objetivo o fabrico e comercialização para o mercado mundial de sistemas protéticos complementares de sistemas de implantes dentários, substituto ósseo e implantes dentários. Assim, numa primeira fase a empresa irá produzir três linhas de produtos: Multi units angulados (core product), componentes protéticos diversos e substituto ósseo.

A candidatura contempla um conjunto de investimentos necessários à criação de uma unidade industrial para fabricação de produtos dentários sendo que o plano de investimentos inclui ainda a realização de obras de remodelação das instalações necessárias ao arranque da laboração e que garantem as condições exigíveis a uma empresa industrial inserida no setor da saúde.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



Ficha de Projeto

Projeto:

Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos de Évora e Alentejo Central

Beneficiário:

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

Concelho (Localização Física da Operação):

Reguengos de Monsaraz | Évora | Montemor-o-novo | Arraiolos | Viana do Alentejo |

Investimento Elegível Aprovado:

€ 2 179 335

FEDER Aprovado:

€ 1 852 435

Descrição:

A Operação «Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos de Évora, Alentejo Central» pretende criar as condições para a adequada receção, acolhimento e encaminhamento dos visitantes que chegam à cidade de Évora, assim como para a apresentação e interpretação dos produtos turísticos e culturais que Évora e o Alentejo Central oferecem a esses mesmos destinatários. Para tal, criar-se-ão estruturas de acolhimento e interpretação diferenciadas, nomeadamente um Centro Interpretativo da Cidade de Évora, um Centro Interpretativo do Alentejo Central e um Centro de Acolhimento Turístico do Alentejo Central. Os centros, que devem suportar a função de Évora como “placa giratória” do tráfego de turistas na sub-região, permitirão direcionar os visitantes, não só para a oferta turística e cultural da própria cidade, mas para todos os municípios envolventes que detêm uma enorme diversidade de património de elevado interesse histórico-cultural, natural e paisagístico que interessa promover e dar a conhecer ao visitante, prolongando a sua estada na região e animando a economia local e regional.

A operação inclui ações de 5 entidades municipais e a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central às quais estão alocadas as seguintes intervenções/ações.

CIMAC - Assegurar a gestão técnica do projeto e definir o Programa Geral do projeto e pressupostos para a sua implementação.

Município de Évora - adaptação do Palácio D. Manuel, em Évora, a Centro Interpretativo de Évora, numa dupla vertente de valorização do património e dinamização do equipamento cultural que inclui, além da vertente de interpretação, espaço para divulgação e informação cultural, conferências, exposições, pequenas exposições e criação cultural e artística. Está prevista a empreitada de adaptação do Palácio D. Manuel, classificado como Monumento Nacional, bem como os custos de elaboração do projeto técnico. O centro interpretativo contemplará uma zona de exposição permanente localizada na sala do r/c e zona de receção, uma sala de exposições temporárias e uma outra de conferências (no 1.º andar) que permitirão complementar e enriquecer toda a sua programação.

Município de Arraiolos - criação e consolidação de conteúdos turísticos, em suporte papel e digital, que ofereçam ao visitante, numa linguagem acessível e clara, o acesso à informação que orientará o mesmo, na visita ao concelho, no seu todo, ou em parte, nomeadamente sinalética turística, apetrechamento do posto de turismo, material de informação turística e criação e tradução de conteúdos de promoção turística.

Município de Viana do Alentejo - melhoria das condições de acolhimento ao visitante no concelho de Viana do Alentejo através da adaptação do edifício da Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo a Centro Interpretativo e de Acolhimento Turístico de Viana do Alentejo.

Município de Montemor-o-Novo - melhoria das condições de acolhimento e visita ao castelo de Montemor-o-Novo através da renovação da exposição permanente do Centro Interpretativo do Castelo e melhoria das condições de interpretação e visita na sua área de escavações arqueológicas.

Município de Reguengos de Monsaraz “Centros de Acolhimento Turístico do Concelho de Reguengos de Monsaraz”, inclui adaptação do edifício Casa da Universidade de Évora a centro de acolhimento turístico, onde atualmente se insere o posto de turismo de Monsaraz. Também inclui a adaptação da Casa da Roda (Casa do Berço) e da Casa de Monsaraz a extensões do centro de acolhimento turístico, aquisição de equipamento multimédia e conteúdos.



ALENTEJO 2020

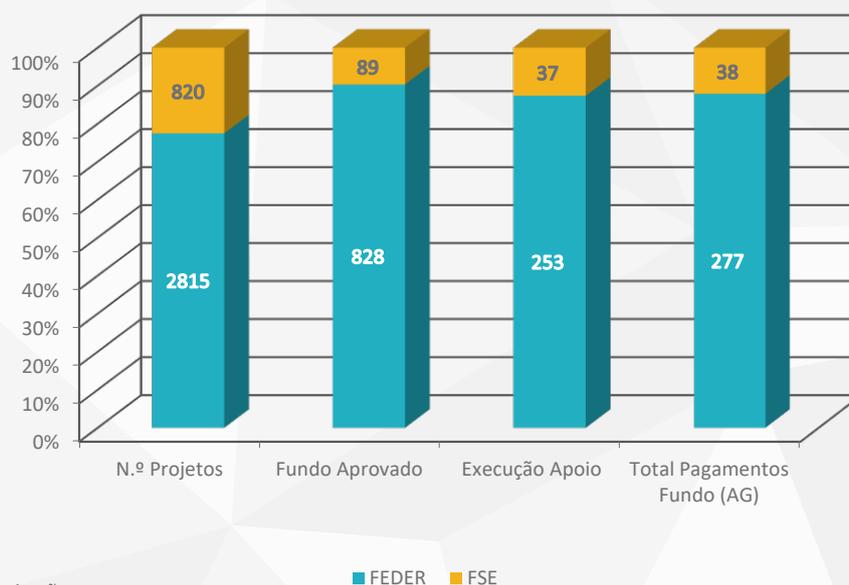
Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Síntese de execução do ALENTEJO 2020

Situação a 31 de dezembro de 2019

Esta síntese de execução do Programa Operacional foi elaborada com base nos dados disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020 relativos a 31 de Dezembro de 2019. Através da análise destes pode observar-se que foram aprovados no âmbito do programa um total de 916 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 3.635 operações, sendo que destas 77%, bem como, 90% dos fundos europeus foram aprovados no âmbito do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

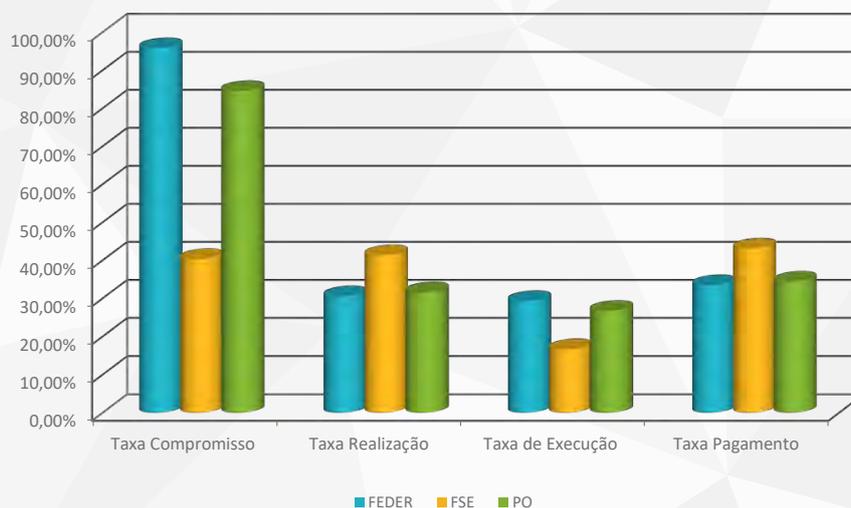
Gráfico - Síntese da Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 290 milhões de euros, a maior parte deles (87%) no âmbito do FEDER, e foram pagos a promotores cerca de 316 milhões de euros.

Gráfico - Indicadores de Execução do Alentejo 2020



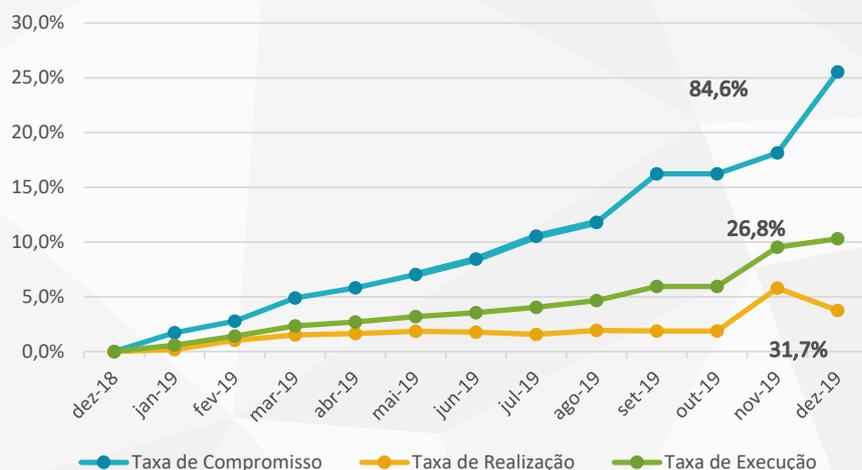
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Tendo em conta a análise efetuada aos indicadores constata-se que a execução do programa, apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores que se aproximam dos 85% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores de 32% e 27%, respetivamente, e valores mais elevados (34%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próximo dos 44%.

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, o FSE - Fundo Social Europeu, destaca-se ao apresentar taxas de realização e de pagamento superiores, pois devido à sua génese e às normas que lhe estão associadas concede adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

A evolução dos indicadores de execução do ALENTEJO 2020, ao longo do ano de 2019, até 31 de dezembro, foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso que cresceram cerca de 26% durante o corrente ano, situando-se nesta altura próximas dos 85%. As taxas de realização e de execução também apresentam acréscimos positivos de 3,7 e 10,3 pontos percentuais, respetivamente. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 4,4 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 47 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

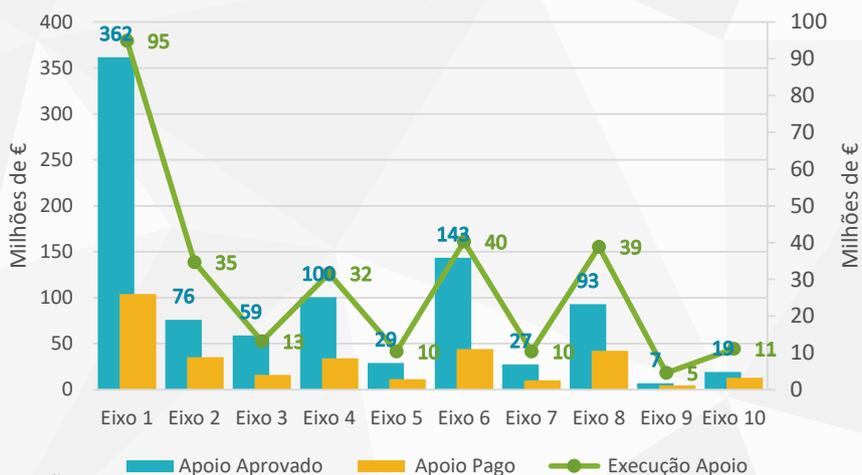
Gráfico - Evolução dos Indicadores de Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Ao nível dos Eixos Prioritários constata-se que cinco deles, 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, representam 84% do investimento elegível aprovado no programa regional. Em 31 de dezembro de 2019, esses cinco eixos representavam 85% dos fundos aprovados, 83% do fundo executado e 82% dos fundos pagos.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

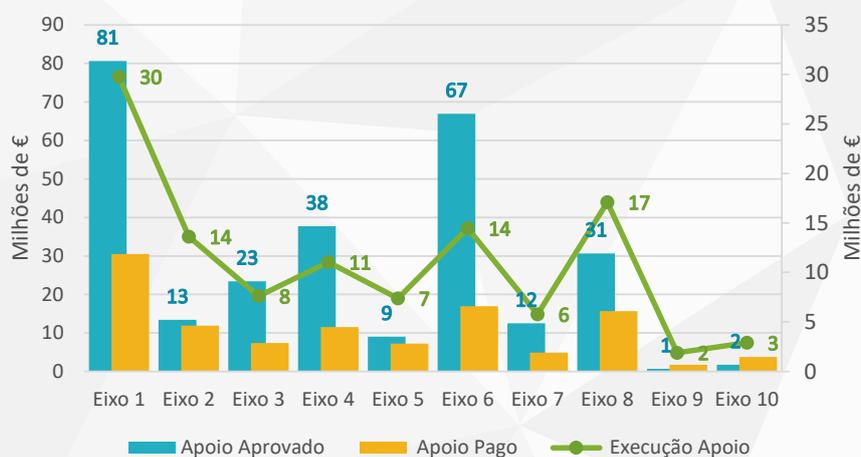
De entre os Eixos Prioritários mencionados, a nível de valores acumulados desde o início do programa, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (39%), seja a nível de Fundo Executado (33%), e também de Fundo Pago (33%), apesar de com o evoluir da execução do PO vir a decrescer em termos de relevância, continua a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

A análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 ao longo do último trimestre de 2019, permite observar que foram aprovadas 264 operações que promoveram a aprovação de mais de 100 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de cerca 12% relativamente ao final do trimestre transato. No mesmo período, foram executados mais de 47 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 41 milhões, valores que, relativamente ao trimestre anterior, representam acréscimos de 19% e 15%, respetivamente.

Durante o ano de 2019 destacaram-se dos demais os Eixos Prioritários 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 4 - Desenvolvimento Urbano e Sustentável e 6 - Coesão Social e Inclusão, que foram os que registaram maiores acréscimos de fundo aprovado.

Já no que respeita ao apoio pago destacaram-se os Eixos 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, e quanto à execução de apoio, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME e, um pouco mais distante, para os Eixos 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade. De registar que os Eixos 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa e 10 - Assistência Técnica, que registaram um nível muito baixo de aprovações, também apresentam valores reduzidos de execução, bem como registam baixos valores de pagamentos muito baixos.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários durante o ano de 2019



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise comparativa à evolução dos indicadores de execução relativamente à média do PO. No que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, com valores que superam os 100%, facto que está relacionado com os valores de execução que normalmente ficam um pouco abaixo das aprovações, dando desta forma margem para que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Em contrapartida, o Eixo 7 - Eficiência Energética e Mobilidade é o que apresenta menores taxas de compromisso, com valores que pouco superam um quarto do programado.

Gráfico - Evolução dos Indicadores de Execução por Eixo Prioritário relativamente à média do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Relativamente à Taxa de Realização, observa-se que o Eixo 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa, apresenta valores superiores à média observada para o PO, destacando-se dos restantes e no qual os valores se situam nos 68%. Por sua vez, o Eixo 3 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, apresenta valores de Taxa de Realização ligeiramente superiores a 22%.

No que concerne à Taxa de Execução, também se destaca dos demais o Eixo 8 - Ambiente e Sustentabilidade, com valores já próximos dos 50%.

De referir que todos os Eixos Prioritários já apresentam valores de execução, se bem que o Eixo 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, apresenta taxas de execução reduzidas, ainda assim já são ligeiramente superiores a 10%.

Realizando uma análise semelhante relativamente às dez Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, (1.2 - A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior...; 3.2 - O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural; 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano; 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e da participação ativa e da melhoria da empregabilidade; 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local...; 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior; e 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas).

Gráfico - Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Na análise efetuada à execução das diferentes PI no âmbito do Alentejo 2020 destaca-se das demais a PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que apresenta maior volume de incentivo aprovado, mais de 270 milhões de euros e maiores volumes de execução e também a que apresenta a maior taxa de compromisso com 164%.

A maior taxa de execução (43%) encontra-se na PI 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural, por sua vez a maior taxa de realização é detida pela PI 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e da participação ativa e da melhoria da empregabilidade. Além da PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, apenas as PI 3.2 - O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, a 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural e a 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, registam valores de compromisso superiores à dotação prevista no Programa Operacional, valores esses que foram grandemente alterados fruto da reprogramação do programa, que reduziu substancialmente a dotação de fundos europeus na PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

No polo oposto, no âmbito das PI com maior dotação de fundos europeus, vamos encontrar a PI 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior, com poucas operações aprovadas - 16, as quais proporcionam taxas de compromisso de 16%, de realização 37% e de execução 6%, claramente abaixo do que seria de esperar.

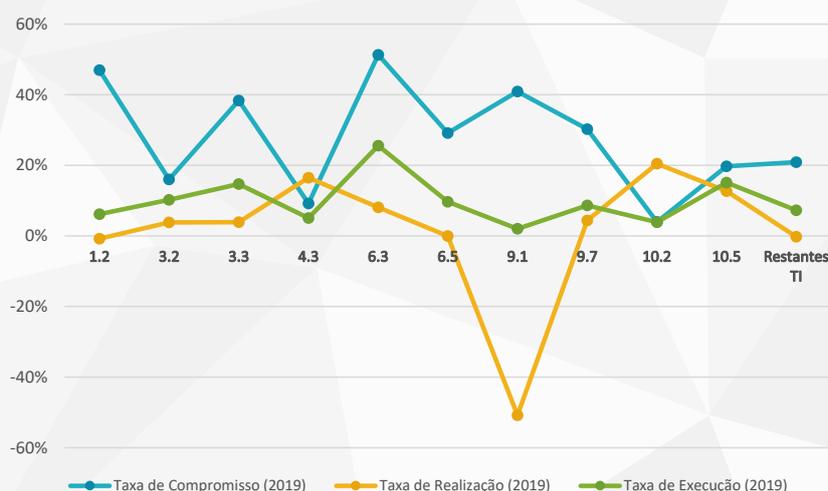
Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

De referir que ainda existem mais 3 PI (4.2 - Promoção da eficiência energética, 8.1 - Acesso ao emprego, e 11.2 - Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação) que não foram mobilizadas, pois não apresentam, no final do período em análise, qualquer operação aprovada.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Prioridade de Investimento durante o ano de 2019



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

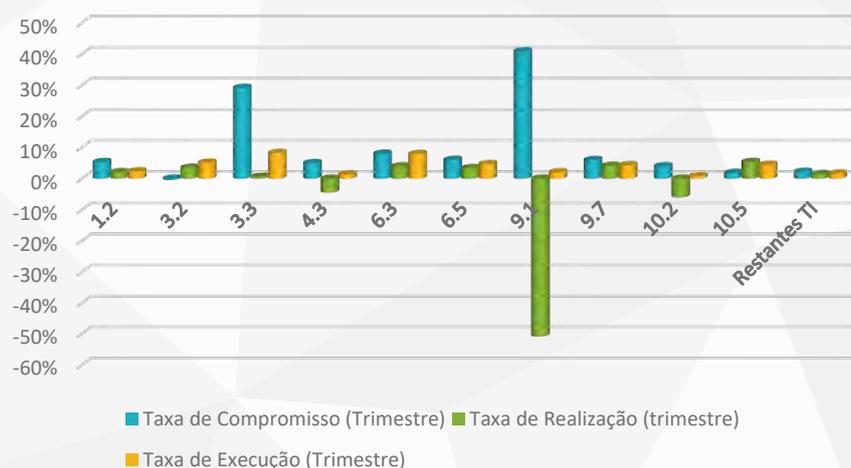
Particularizando a análise por PI para o ano de 2019, constata-se que as taxas de compromisso das várias PI seguem trajetórias algo diferenciadas durante o ano de 2019, com particular destaque para as PI 1.2, 6.3 e 9.1 que apresentaram maior crescimento de volume de incentivo comprometido com valores que superaram os 40 p.p. e, no caso da 6.3, os acréscimos situam-se acima dos 50 p.p. nos quatro trimestres.

No polo oposto, está a PI 10.2., que apresenta acréscimos residuais nos valores comprometidos.

Ao nível das taxas de realização verifica-se que os maiores acréscimos do ano corrente se registam na PI 4.3 e PI 10.2 com um acréscimo superior a 15 pp. Estes valores aparecem como resultado de algumas descativações.

Em sentido oposto, o comportamento que se observa nas PI 1.2, 3.2, 6.5, 9.1 e 9.7, que não apresentam qualquer variação ou têm variação negativa na taxa de realização, que neste caso parece indicar que a execução acompanha a aprovação de incentivos. Sendo particularmente evidente ao nível da PI 9.1, a qual regista uma evolução negativa da taxa de realização fruto dum aumento considerável nas aprovações e de uma execução baixa. Por fim, no que respeita às taxas de execução, constata-se que seguem um padrão semelhante durante o ano de 2019 destacando-se as PI 6.3 com um acréscimo de 26pp, e as PI 3.3 e 10.2, que registaram um aumento de 15pp em 2019. De registar que a PI 9.1, em 2019 registou uma execução muito baixa (2%).

Gráfico - Evolução da Execução do Alentejo 2020 por Prioridade de Investimento no último Trimestre de 2019



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Durante o quarto trimestre de 2019, as PI 3.3 e 9.1 destacaram-se das demais porque foram as que registaram maiores acréscimos nos valores de incentivo comprometidos. Durante este último trimestre verifica-se que todas as PI tiveram baixos acréscimos na taxa de realização, havendo mesmo algumas que registaram acréscimos negativos, particularmente evidentes na PI 9.1. Já no que respeita a taxas de execução constata-se que as PI 3.3 e 6.3 foram as que registaram maiores acréscimos (8 p.p.), todas as restantes se ficaram por baixos acréscimos, mas todas registaram acréscimos na sua execução durante o quarto trimestre de 2019.

Artigo da responsabilidade de **Carlos Almeida**, técnico superior - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

